

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VINÍCIUS LANZARINI**

**POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DO JAPÃO PÓS-II GM: ELEMENTOS  
PARA UMA TIPOLOGIA**

**Porto Alegre**

**2015**

**VINÍCIUS LANZARINI**

**POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DO JAPÃO PÓS-II GM: ELEMENTOS  
PARA UMA TIPOLOGIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

**Porto Alegre**

**2015**

**VINÍCIUS LANZARINI**

**POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DO JAPÃO PÓS-II GM: ELEMENTOS  
PARA UMA TIPOLOGIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins– Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira-Ribeiro  
UFRGS

A Daise Maria (*in memoriam*) e Senia Lanzarini, que formam a base do que eu sou.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à União Federal e à UFRGS, que custearam a maior parte de meus estudos e forneceram toda a infraestrutura que possibilitou a minha formação acadêmica.

A Senia Lanzarini e Daise Maria (*in memoriam*), que me ajudaram a construir a base do que sou hoje, compreenderam minha ausência nas horas de trabalho e nunca deixaram de me apoiar, mesmo nos momentos mais complicados. Dedico esta monografia a vocês.

Ao professor José Miguel Quedi Martins, que não só me orientou para este e outros trabalhos ao longo dos meus anos na universidade, mas me ensinou diversas lições que me ajudaram a crescer como pessoa.

A Eric Feddersen, Lucas Rodrigues e Victor Merola, que trabalharam comigo ao apresentarmos um estudo sobre a Política Externa e de Segurança do Japão em 2012, com o trabalho constituindo um capítulo de livro lançado no ano seguinte. Graças a vocês que me apaixonei por trabalhar com este tema desde então.

A Bruno Magno, João Chiarelli, Gustavo Feddersen, Ricardo Gleese, Osvaldo Filho, João Gabriel Burmann e Raíssa Mattana pelos esforços para ajudar a revisar este trabalho e sempre fazendo sugestões pertinentes para torná-lo ainda melhor. É uma honra poder trabalhar com pessoas como vocês.

A todos os professores e servidores desta universidade, que se esforçam diariamente para garantir seu funcionamento e nos ensinar o conhecimento e experiências de vida ao longo dos seus anos. Meu mais sincero muito obrigado.

A Rita Espíndola e a todo o pessoal do Graph Ideia, que sempre se esforçaram para atender a nossa demanda por cópias e impressões, mesmo nos períodos de maior movimento. Muito obrigado por todo esforço e dedicação.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que foram meus colegas ao longo destes quatro anos e meio de faculdade, iniciados em 2011. Seja para trabalhos conjuntos, desabafos ou para simples companhia, muito obrigado por dedicarem algum instante do seu tempo para me dar atenção.

"I think that inside every adult is the heart of a child.  
We just gradually convince ourselves that we have to  
act more like adults."

Shigeru Miyamoto

## RESUMO

Este trabalho pretende estabelecer uma tipologia para a identificação de padrões na política interna japonesa e sua relação com os problemas enfrentados pela Política Externa e de Segurança (PES) do Japão desde o final da Segunda Guerra Mundial (II GM) até 2010, traçando no final considerações acerca da conjuntura atual. Neste sentido, o trabalho analisa a diáde do processo de inserção regional do país, constituída, por um lado, pela busca de melhores relações com a República Popular da China (RPC); e, por outro, pelo privilégio dado à aliança política e securitária com os Estados Unidos. Essa diáde se reflete em díades menores, expressas pelo confronto entre duas lideranças proeminentes em cada um dos três períodos analisados. Na década de 50, o confronto é entre Shigeru Yoshida e Ichiro Hatoyama. Na década de 70, a rivalidade deu-se entre Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda. Nos anos 2000, o conflito está simbolizado na diferentes visões de Junichiro Koizumi e Yukio Hatoyama.

**Palavras-chave:** Japão, China, política externa e de segurança, Ásia, inserção regional.

## **ABSTRACT**

This paper aims to establish a typology to identify patterns in domestic Japanese policy and its relation with issues on foreign and security policies since the end of World War II until 2010, finishing with considerations regarding contemporary conjuncture. In that sense, this paper analyzes the dyad of the regional insertion process of Japan. The dyad is made of a search for better relations with the People's Republic of China (PRC) on one side, and by the privilege made by the political and security alliance with the United States on the other. This dyad is reflected on minor dyads, expressed by the confrontation of two prominent leaderships in each of the three analyzed periods. On the 50s, the confrontation is between Shigeru Yoshida and Ichiro Hatoyama. On the 70s, the rivalry happened between Kakuei Tanaka and Takeo Fukuda. On the 2000s, the conflict is symbolized by the different visions of Junichiro Koizumi and Yukio Hatoyama.

**Keywords:** Japan, China, foreign and security policies, Asia, regional insertion.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>A PRIMEIRA DISPUTA DE PROJETO NACIONAL DO PÓS-II GM: ICHIRO HATOYAMA X SHIGERU YOSHIDA</b> .....	23
2.1	O cenário posterior à Segunda Guerra Mundial.....	23
2.2	A trajetória política de Ichiro e de Yoshida.....	25
2.3	Os governos de Shigeru Yoshida .....	27
2.4	O governo de Ichiro Hatoyama.....	29
2.5	Entre o pacifismo passivo e a política externa independente .....	31
<b>3.</b>	<b>A SEGUNDA DISPUTA DE PROJETO NACIONAL DO PÓS-II GM: KAKUEI TANAKA X TAKEO FUKUDA</b> .....	33
3.1	O panorama nacional e internacional da década de 1970.....	33
3.2	O governo de Kakuei Tanaka .....	34
3.3	O governo Fukuda: o sistema de subcontratação e a ASEAN.....	38
3.4	A “guerra Kaku-Fuku” e seus efeitos na política japonesa .....	39
<b>4.</b>	<b>A TERCEIRA DISPUTA DE PROJETO NACIONAL DO PÓS-II GM: JUNICHIRO KOIZUMI X YUKIO HATOYAMA</b> .....	42
4.1	A conjuntura dos anos 80 e 90.....	42
4.2	O governo Koizumi (2001-2005).....	45
4.3	O governo de Yukio Hatoyama (2009-2010) .....	47
4.4	A oposição entre o globalismo de Koizumi e o regionalismo de Hatoyama.....	49
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estabelecer uma tipologia para a identificação de padrões na política interna japonesa. Além disso, busca-se demonstrar que estes padrões na política interna estão diretamente relacionados aos problemas enfrentados pela Política Externa e de Segurança (PES) do Japão. Neste sentido, o trabalho analisará as principais lideranças políticas japonesas desde o final da Segunda Guerra Mundial (II GM). O objetivo é encontrar elementos de regularidade que justifiquem o estabelecimento de padrões, tipos puros ideais, conforme estabelecidos por Weber.<sup>1</sup> A delimitação do tema é feita de acordo com critérios geográficos, temporais e analíticos. O ponto de vista geográfico é autoevidente – trata-se do Japão. Quanto ao critério temporal, o trabalho analisará o período decorrido entre 1945-2010, traçando, ao final, alguns elementos de conclusão acerca da conjuntura atual da política japonesa. O critério principal acaba sendo o analítico. Subdivide-se a Política Externa e de Segurança japonesa em três períodos, cada um deles dominado pelo confronto entre duas lideranças proeminentes.

Como resultado do exame destas três díades feitas no curso do trabalho, espera-se responder à primeira e principal pergunta da pesquisa: (I) Quais são os principais projetos de inserção regional do Japão? O trabalho possui ainda dois problemas de pesquisa principais, a saber: (II) Quem são os principais expoentes da Política Externa e de Segurança japonesa? (III) No que consistem as diferentes visões japonesas de integração regional?

Para cada uma destas perguntas, as seguintes hipóteses são formuladas. (I) De que os principais projetos são constituídos pelas diferentes formas tomadas pelas relações entre Japão e China. (II) Os principais expoentes da Política Externa e de Segurança japonesa são colocados em evidência por meio de três díades: Ichiro Hatoyama e Shigeru Yoshida; Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda; Yukio Hatoyama e Junichiro Koizumi. (III) As visões se distinguem, fundamentalmente, pelo papel do Japão na Ásia. A primeira visão encara a normalização das relações com a China como pré-requisito para o Japão tornar-se um Estado Normal e estabelecer relações de associação com os chineses. A segunda procura a manutenção da aliança política e securitária com os EUA, mantendo a relação de Estado Cliente para obter projeção global, e com isso opondo-se aos países do Leste Asiático.

---

<sup>1</sup> Para Weber, os tipos ideais constituem-se como certos elementos da realidade em uma concepção logicamente precisa; não buscam ser avaliativos, mas são os meios de abstração usados em um problema particular e localizados em extremos, de modo que constituíram-se como exemplos nos casos que observou em suas obras (MILLS; GEERTH, 1982: 78).

O trabalho é elaborado por meio do seguinte caminho. Em primeiro lugar, proceder-se-á à análise da oposição entre as díades. Em segundo lugar, verifica-se se é possível estabelecer padrões de regularidades que vão além da oposição entre as duas personalidades da díade, isto é, em que consistem os elementos de continuidade nas oposições. Preliminarmente, acredita-se que esta abordagem nos conduzirá à conclusão de que, além de representarem, entre si, a síntese das posições antípodas sobre a Política Externa e de Segurança, há elementos de continuidade incorporados em políticos de diferentes situações e épocas. Pode-se observar uma confluência entre as posições de Ichiro Hatoyama, Kakuei Tanaka e Yukio Hatoyama; igualmente, encontram-se elementos entre as políticas propostas por Shigeru Yoshida, Takeo Fukuda e Junichiro Koizumi. O resultado esperado é o de que este duplo cruzamento, horizontal representado pelas díades, e vertical pela continuidade, nos forneça elementos de regularidade que permitam responder às perguntas da pesquisa e validar ou impugnar as hipóteses propostas. Para isso, fez-se uso das seguintes técnicas de pesquisa: (i) levantamento e revisão bibliográfica; (ii) análise de fontes primárias e secundárias, como discursos, biografias e livros que tratem de políticos japoneses e as Relações Internacionais da Ásia; e (iii) descrição densa do tema e análise interpretativa.

Acredita-se que o trabalho possui justificativas acadêmicas e sociais. Academicamente, pois embora exista uma vasta bibliografia em língua estrangeira e portuguesa sobre a Política Externa e de Segurança do Japão no pós-II GM, até onde foi possível apurar ainda não foi feita uma tentativa de abordagem metodológica e analítica nos moldes aqui propostos. Neste sentido, a despeito de modesto, o trabalho se pretende original. E socialmente, basicamente, porque o Japão importa para o Brasil e todos os seus principais parceiros. Mais que o Japão, importam para o Brasil, os EUA, China e Europa. A despeito de ser o quarto nessa lista, o Japão também é um parceiro muito importante de todos os três primeiros. Além disso, o Japão tem no Brasil principal destino de suas emigrações, seu parceiro mais antigo na América do Sul, interesses comuns na indústria automobilística, siderúrgica, na extração de hidrocarbonetos e no uso do mar.

Para a compreensão dos esforços e da sistematização aqui aplicados, faz-se necessária uma introdução a alguns conceitos teóricos, os quais permeiam a estrutura metodológica do trabalho. Em síntese, a discussão da concepção do Estado japonês em torno dos conceitos de Estado

Normal<sup>2</sup> e Estado Cliente<sup>3</sup>, a relação destas concepções estatais com as Forças de Autodefesa do Japão, as Forças Armadas do país; e por fim relação entre tais opções e diferentes tipos de associações no nível regional e global para os japoneses.

Antes disso, cabe explicar que o período histórico analisado no trabalho, corresponde ao intervalo que se inicia com a rendição japonesa após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, e estende-se até o fim do mandato de Yukio Hatoyama, em 2010. A razão para tal delimitação é que a maior parte das características que compõem o Japão contemporâneo decorrem de tal período, sendo possível observá-las nas esferas política, econômica, social e securitária. Dentre essas esferas, merece destaque o dilema nos elementos políticos e securitários, que perpassam todo o período supracitado. Essa evidência é encontrada nos seis políticos que representam não só a rivalidade política em seus respectivos períodos (anos 1950, anos 1970 e anos 2000), mas distintos projetos e pontos de vista sobre o país. Estes projetos são comumente conflitantes entre si, e podem ser percebidos nos debates entre as lideranças políticas não só em seus respectivos períodos, mas também ao longo de toda a delimitação temporal. Diante disso, acredita-se ser possível observar uma correlação entre o status do país, a construção de sua política externa e suas opções de inserção internacional.

Para justificar a discussão sobre a concepção do Estado japonês nesse período contemporâneo, pressupõe-se que, findada a Segunda Guerra, a ocupação norte-americana no Japão inicia um período no qual o Japão não possui total soberania – ou seja, não se constitui como Estado Normal, condição persistente até os dias atuais. Como consequência, o país teve eleições influenciadas pelo comando estadunidense de forma direta até o Acordo de São Francisco<sup>4</sup>, assinado entre EUA e Japão em 1951 e em vigor a partir do ano seguinte. A existência de um

---

<sup>2</sup> É aquele que é capaz de exercer uma soberania integral: suas ações não estão subordinadas às de outro país, ainda que isso não o impeça de ser constringido por outros Estados ou circunstâncias internas. Pode-se dizer que ele possui a capacidade de decisão final sobre ações políticas, econômicas ou securitárias (como no caso de guerras). Com isto, pressupõe-se também que suas Forças Armadas são soberanas e que não estão diretamente vinculadas a exercícios conjuntos ou comandos integrados por parte de outros países. A construção deste conceito baseia-se na elaboração feita por Ozawa (1994), ainda que este tenha elencado como uma das condições para um Estado Normal japonês, a aliança com os Estados Unidos. Aqui, o mais importante é a autonomia do Japão em estabelecer as condições para as relações diplomáticas e econômicas fora da aliança.

<sup>3</sup> É o Estado que, apesar de soberano, tem suas ações ligadas às de outro país, o qual exerce influência direta e condiciona o processo decisório. Isso pode se refletir em uma política econômica de dependência a um parceiro comercial, ao status das atividades das forças armadas e ao aparato institucional (leis, acordos, tratados) que regem essa relação.

<sup>4</sup> Este acordo devolve a soberania do Japão aos japoneses e foi o tratado de paz nipo-americano relativo à Segunda Guerra Mundial. Através disso, o objetivo estadunidense era manter bases militares em território nipônico (algo obtido com o Acordo de Segurança Mútua EUA-Japão, assinado no mesmo ano) e promover o Japão como modelo do capitalismo na Ásia (VISENTINI, 2012: 54).

Japão sem política independente, forças armadas limitadas e economicamente fraco era elementar para a estratégia inicial norte-americana. Para isso, a ocupação do Japão, sob liderança do General Douglas MacArthur, representaria uma “reescrita” do país, eliminando a relação existente entre os conglomerados empresariais no Japão (conhecidos como zaibatsu<sup>5</sup>) e a demanda por equipamentos existente por parte do Exército Imperial. Como símbolo dessa ocupação, destaca-se o episódio onde os Estados Unidos efetivamente ditaram qual deveria ser a nova Constituição do Japão, quem seriam os novos constituintes do Parlamento (a chamada Câmara Baixa) e, por consequência, o Primeiro-Ministro do país. Além disso, apesar de a importância popular que o imperador possuía, seria necessário retirar-lhe tal status. Todas essas medidas foram realizadas com a revisão do projeto constitucional por parte dos Estados Unidos, resultando na promulgação da Constituição do Japão em 1947 (ITOH, 2003: 77).

A partir do fim da Guerra da Coreia, os Estados Unidos passaram a traçar uma estratégia de contenção a União Soviética também na Ásia, buscando uma contrabalança para a China. Com isso, os EUA deixam de advogar em prol de um Japão fraco, fazendo uso de uma Política Reversa<sup>6</sup> para representar os interesses norte-americanos e capitalistas no continente asiático (UEHARA, 2003: 80). Essa mudança acabou afetando a forma como o Japão tinha que administrar suas políticas, em especial no nível econômico. Como a Política Externa e de Segurança acabava ficando condicionada aos interesses estadunidenses, principalmente no nível securitário e internacional, pode-se dizer que os japoneses eram um Estado Cliente. Assim, em troca da representação dos interesses norte-americanos na região, o Japão conseguia barganhar sua soberania de volta, ainda que em termos nominais, uma vez que, na prática, tinha dificuldades de exercer uma política externa independente justamente pela manutenção da ocupação e de tropas dos EUA. Disso resulta a importância da ilha de Okinawa, que é objeto de discussão entre americanos e japoneses até os dias de hoje. Tal debate se deve à presença de bases americanas na ilha e suas consequências. Dentro desse debate, propõe-se que os políticos representantes da posição de proximidade com os EUA sejam Shigeru Yoshida (nos anos 50), Takeo Fukuda (nos

---

<sup>5</sup> Conglomerados industriais formados por famílias que tinham influência decisória no núcleo político japonês, especialmente durante o período em que militares ocuparam o poder (entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial). Eram exemplo da articulação entre o Estado e o setor privado (CHIARELLI, 2009: 40).

<sup>6</sup> É o contraponto à concepção adotada pelos Aliados quando da ocupação do Japão, em 1945, e defendida pelo General americano MacArthur. Enquanto que anteriormente se prezava por um país sem forças militares e economicamente frágil, a mudança de conjuntura decorrente da influência soviética sobre a China influenciou a mudança de política, passando a advogar por um Japão forte economicamente e que tivesse forças capazes de realizar sua própria defesa. Posteriormente, MacArthur deixaria o comando da ocupação dos Estados Unidos no Japão.

anos 70) e Junichiro Koizumi (anos 2000). O atual primeiro-ministro, Shinzo Abe, também pode ser considerado como um desses defensores.

Como oposição a essa ideia, há aqueles dentro do Japão que defendem um posicionamento mais ativo da política externa japonesa, buscando uma soberania real ao diminuir ou equilibrar a relação de dependência e associação existente com os Estados Unidos. Essa posição seria a representação do Japão como Estado Normal. Esta condição teria como elemento-chave a diversificação de parceiros e a aproximação com os vizinhos regionais, particularmente a China, sem a qual tal cenário dificilmente poderia ser concebível. Como defensores deste tipo de Estado, podemos citar Ichiro Hatoyama (anos 50), Kakuei Tanaka (anos 70) e Yukio Hatoyama (anos 2000), neto de Ichiro Hatoyama. Além disso, outra figura política de destaque dessa posição é Ichiro Ozawa, cuja presença na política resultou de sua associação com Kakuei Tanaka e possibilitou a ascensão de Yukio Hatoyama ao cargo de primeiro-ministro em 2009.

Um elemento central da discussão sobre essas duas concepções de Estado consiste no papel das Forças de Autodefesa do Japão e do Artigo 9º da Constituição Japonesa de 1947 – conhecida como “Constituição Pacifista” –, que renuncia o uso da guerra como um direito de nação soberana e impede a manutenção de forças armadas em terra, água e mar (JAPÃO, 1947). Diante disso, era inconcebível possuir Forças Armadas, que podiam se tornar um meio de oposição à ocupação dos Estados Unidos no Japão. Além disso, a concepção de um Estado japonês frágil e cliente dos EUA atendia aos interesses norte-americanos, uma vez que esta era uma economia rural dependente de importações de produtos estadunidenses e sem os meios para uma política desenvolvimentista autônoma ou de manutenção de forças militares sem o guarda-chuva dos acordos com os EUA.

No nível interno, segundo Richard Samuels (SAMUELS, 2007: 112-113), a discussão sobre o papel do uso da força e do relacionamento com os Estados Unidos permite observar quatro vertentes: (i) os pacifistas, que consideram as Forças de Autodefesa inconstitucionais e defendem o desarmamento (representados pelo Partido Comunista do Japão e pelo Partido Socialista do Japão); (ii) os internacionalistas que veem o Japão num nível intermediário, na busca do prestígio e da segurança nacional através da prosperidade (representados por políticos como Kiichi Miyazawa, primeiro-ministro nos anos 90); (iii) os normalistas, que buscariam a segurança através da igualdade e que defendem a existência de Forças Armadas autônomas; e os neo-autonomistas, que defendem capacidades militares avançadas e a constituição de Forças Armadas

(como o político Shintaro Ishihara). Essa multiplicidade de opiniões sobre o tema sempre se mostrou como elemento de impasse para revisões constitucionais – em particular do Artigo 9º – tanto no nível político (votação nas Câmaras Alta e Baixa) como no social (plebiscitos). Muitas vezes, o debate sobre uma maior autonomia militar é visto como um possível retorno às raízes imperialistas japonesas presentes durante a Segunda Guerra Mundial. Isso explica a opção do atual governo japonês, na figura do primeiro-ministro Shinzo Abe, de reinterpretar o artigo em vez de utilizar-se de outros recursos, de modo a manter a presença das Forças de Autodefesa em missões de paz da ONU e buscar legitimidade para auxiliar aliados fora do território nipônico (JAPAN'S, 2015).

No nível externo, a relação com China, Coreia do Sul e Rússia é seriamente afetada por demonstrações de apoio a Forças Armadas com maior autonomia, homenagens a militares vistos como criminosos de guerra (representadas pela visita de autoridades ao Santuário Yasukuni, onde a maior parte deles está enterrada<sup>7</sup>) ou de exercícios conjuntos (particularmente com os Estados Unidos). As Forças Armadas japonesas são vistas, neste sentido, através deste elemento simbólico perante o papel que elas desempenharam na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, as relações com os países do Leste Asiático atingiram seus maiores períodos de estabilidade quando temas sensíveis – como territórios disputados<sup>8</sup> ou expansão de gastos militares – foram deixados em segundo plano.

Com base na discussão da concepção de Estado e do papel das Forças Armadas torna-se possível compreender como são concebidas as visões acerca do regionalismo na política japonesa. O regionalismo aqui é tratado como um projeto de integração com os países vizinhos, a fim de estabelecer relações de interdependência e associação de modo a influenciar a posição do Japão também em um nível global.

---

<sup>7</sup> O principal motivo de tensão nas relações do Japão com os vizinhos acerca do Santuário Yasukuni deve-se ao transplante de cinzas de quatorze condenados como criminosos de guerra pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial durante os anos 70. Desde então, visitas ao santuário por autoridades oficiais são consideradas elemento de afronta pelos vizinhos que guerrearam com os japoneses.

<sup>8</sup> Por conta das invasões japonesas na Segunda Guerra Mundial (em que diversos territórios foram ocupados, como a Manchúria e a Coreia e ilhas nos arredores, e que foram devolvidos quando o Japão assinou a sua rendição em setembro de 1945, após a negativa em assinar a Declaração de Potsdam no mês anterior) e dos acordos posteriores (como o Tratado de São Francisco, em 1951, e o Acordo Revisionista de Okinawa em 1971) que devolviam a posse de certas ilhas na região ao Japão, alguns desses territórios causam discordância entre esses países até hoje. Como exemplos, podemos citar o problema das Ilhas Kurilas (ou Territórios do Norte), disputados com a Rússia; as ilhas Diaoyu (segundo os chineses; Senkaku, segundo os japoneses, e Tiaooyutai segundo os taiwaneses), com China e Taiwan; e as ilhas Dokdo (segundo os coreanos, ou Takeshima para os japoneses), com Coreia do Norte e Coreia do Sul.

A primeira alternativa de integração regional é aquela que resulta de uma maior cooperação com a China, mas também com a Coreia do Sul e a Rússia, países com os quais o Japão mantém disputas territoriais até os dias de hoje. Neste sentido, foram considerados como relevantes os principais políticos japoneses que, em alguma medida, buscaram romper o distanciamento diplomático e econômico a fim de promover um apaziguamento nestas relações, ou até mesmo a realização de acordos definitivos sobre importantes impasses. Dessa forma, não há uma progressão linear de políticos durante todos os anos do período compreendido (1945-2010), mas sim aqueles que afetaram de forma significativa essas relações e o debate sobre o Estado Normal. Como parte da díade vertical que prioriza esse tipo de relacionamento, ao longo dos capítulos se discutirá o que cada político realizou no seu mandato. Aqui, nos restringimos a citá-los: Ichiro Hatoyama (1954-1956); Kakuei Tanaka (1972-1974); e Yukio Hatoyama, neto de Ichiro Hatoyama (2009-2010).

A outra alternativa de iniciativas regionais é demonstrado pela priorização das relações com os Estados Unidos e outros parceiros na região, o que muitas vezes acarretam em fricções com China, Coreia do Sul e Rússia. Entre os elementos comuns aos membros deste lado da díade, pode-se citar a defesa da manutenção das forças norte-americanas na região (especialmente na ilha de Okinawa) e a realização de exercícios militares conjuntos, além de posturas nacionalistas de caráter conflitante com os vizinhos. A oposição com os regionalistas pró-China também fica evidente no âmbito político interno, à medida que se constituíram como rivais em seus respectivos períodos. Os governos, em nossa análise, que se identificam com essa vertente de regionalismo são: Shigeru Yoshida (1946-1947 e 1948-1954); Takeo Fukuda (1976-1978); e Junichiro Koizumi (2001-2006)

Para compreender como a política do Japão, no âmbito interno e externo, chegou à situação contemporânea, faz-se necessário traçar os passos desde sua reconstrução política na Segunda Guerra Mundial. Esse é o ponto de partida do primeiro capítulo, que centra-se na análise da díade constituída entre Ichiro Hatoyama e Shigeru Yoshida. Ao longo do capítulo se buscará discutir a origem das duas vertentes de concepção do Estado japonês, de projeto de Forças Armadas e de tipo de regionalismo que o Japão adotaria. Isso será feito por meio da descrição histórica da carreira e dos ideais dos dois políticos, buscando, sempre que possível, unir pontos de análise do cenário interno e externo. A discussão principal que se coloca gira em torno do pacifismo passivo de Yoshida, ou da autonomia nacional de Hatoyama.

O segundo capítulo avança cronologicamente para os anos 1970 e busca discutir a díade estabelecida entre Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda. Nesse período o Japão está em plena fase de ascensão econômica, o que modifica a conjuntura política interna e externa do país, impactando na sua relação com os EUA e com os vizinhos regionais. A ascensão e a queda de Tanaka trará para a análise a importância do triângulo de ferro, nome adotado para descrever a relação entre políticos, burocratas e o empresariado na política japonesa. Ao se analisar o período Fukuda, pode-se perceber a importância que o debate acerca do tipo de regionalismo adquire, uma vez que este passa a influenciar diretamente na economia japonesa, por meio do processo de subcontratação japonês. Esse período histórico é central para o estudo do período seguinte, mais hodierno, uma vez que a raiz dos debates permanece mesmo, e que as figuras políticas de destaque naquela época, permanecem tendo um importante papel na política japonesa, capitaneando facções de partidos e indicando seus sucessores políticos para o cargo de primeiro-ministro.

O terceiro e último capítulo trata da análise das décadas de 1990 e 2000, e centra-se na díade formada tendo como referência os governos de Yukio Hatoyama e Junichiro Koizumi. Nesse período, o cenário interno e externo criam constrangimentos fortes o suficiente para comprometerem a estabilidade de um dos projetos no poder. Entre esses constrangimentos podemos mencionar a crise asiática da metade dos anos 1990, que desencadeia reformas privatizantes, que atingem diretamente o triângulo de ferro. Com o triângulo de ferro comprometido, as regras da política do país se tornam bastante voláteis, a ponto de posturas individuais de alguns políticos, ganharem uma grande importância. No âmbito das relações externas, o Japão se vê confrontado com as questões mais estruturais da política internacional, mais especificamente no que concerne ao papel das potências regionais em um sistema internacional de caráter unipolar e, em um primeiro momento multilateral, e posteriormente, unilateral. As relações com os EUA variam entre os dois extremos em pouco tempo. E as relações com os vizinhos regionais, principalmente China, demonstram sinais de avanço, mas logo abrem lugar para uma possível conflagração pela liderança do Leste Asiático.

Por fim, elabora-se algumas considerações finais acerca deste esforço de pesquisa. Brevemente, retomam-se as principais características das díades e levanta-se eventuais futuros objetos que permitam a continuidade deste trabalho, por meio de uma breve discussão da conjuntura do país.

## **2 A PRIMEIRA DISPUTA DE PROJETO NACIONAL DO PÓS-II GM: ICHIRO HATOYAMA X SHIGERU YOSHIDA**

### **2.1 O cenário posterior à Segunda Guerra Mundial**

A estrutura política japonesa vem sendo alterada desde a Restauração Meiji, iniciada em 1868, que gerou uma nova Constituição que possibilitou o fim da classe social dos samurais<sup>9</sup> e, principalmente, a construção de parlamentos, que tiveram seu auge ao longo do período conhecido como Democracia Taisho (1912-1926). Como consequência dessas ações, o Japão conseguiu passar por um processo de modernização que o colocou em posição de destaque na Ásia, com uma economia inserida no contexto internacional e em uma posição militar de liderança no continente. Neste momento, as capacidades japonesas eram inferiores apenas às norte-americanas e às britânicas, as quais contavam com apoio de suas colônias na região (Filipinas, Índia, Austrália e Nova Zelândia). Porém, elementos como o temor de contágio em relação à Revolução Bolchevique na Rússia, a força dos militares e os efeitos nocivos da Crise de 1929 à economia, além da tentativa de restringir as capacidades nipônicas a partir da Conferência Naval de Washington (1922) e da Conferência de Londres (1930), possibilitaram a emergência de um novo pensamento político no Japão. Com as concessões de territórios e o fim dos interesses especiais na China, o Japão passou a buscar uma alternativa ao mesmo tempo ao comunismo e ao capitalismo, o que resultou na adoção de uma ordem que buscava a autossuficiência, em particular acerca dos recursos naturais e estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do país, que até os dias de hoje sofre com a necessidade de importar uma grande monta de recursos.

A partir disso, começa a se desenhar um conflito na sociedade japonesa. De um lado, os militares, que já vinham sofrendo redução em investimentos em prol de infraestrutura e bases industriais (PAINE, 2012: 15), viam na Ásia continental uma forma de obter recursos, apoiando uma invasão a esses territórios para se tornarem suas colônias comerciais e, com isso, eliminar a competição econômica com o Ocidente (CHIARELLI et al., 2010: 5). Por outro lado, os políticos civis desejavam manter uma cooperação com os países ocidentais, ainda que no cenário de

---

<sup>9</sup> Dentre os processos de modernização empregados à época, um dos principais foi o fim da classe samurai, em meio ao fortalecimento do exército. A partir da Rebelião de Satsuma, o alistamento torna-se obrigatório; com isso, o exército japonês se torna um sucessor dos princípios samurais (CHIARELLI et al., 2010: 3). Tal processo político se dá com a manutenção das oligarquias locais, que são empoderadas a partir da Constituição promulgada em 1889, usando-se dos cargos de conselheiros do Imperador (MAGNO, BUENO & CHIARELLI, 2010: 4-5).

depressão econômica. Isso resultou, internamente, numa série de governos de curta duração onde três primeiros-ministros foram assassinados, com os militares assumindo o poder. No nível externo, a invasão da Manchúria em 1931 – no incidente que marcou o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa<sup>10</sup> – demarca a concepção inicial de uma zona securitária que englobava todo o Leste Asiático, sendo propagandeada como a Grande Esfera de Co-Prosperidade do Leste Asiático<sup>11</sup> durante a Segunda Guerra Mundial. Este é o primeiro passo da construção da Grande Esfera de Co-Prosperidade do Leste Asiático, onde se buscava uma área de influência, além do objetivo de produção para o consumo nas ilhas japonesas. A iniciativa resultou na formação de um Estado fantoche na Manchúria, o Manchukuo, e de ocupação em outras partes da China e da península coreana. Com a recusa do Exército de buscar um tratado de paz com os Aliados, o Japão entra em guerra com os Estados Unidos em 1941, com o ataque a Pearl Harbor.

Com o passar do conflito, a vantagem japonesa vai sendo desfeita e resulta em um delicado estado do país ao fim da guerra – derrotado no campo de batalha e atingido pelas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o país era obrigado a lidar com problemas internos e externos. No primeiro caso, problemas como a fome, a perda populacional e o descrédito dos militares criaram a necessidade de restabelecer uma ordem política no âmbito civil. Internacionalmente, como resultado da rendição incondicional assinada em setembro de 1945, o país teve que se sujeitar à ocupação norte-americana, liderada pelo General Douglas MacArthur, além de abrir mão de territórios utilizados durante a guerra ou em sua zona de influência. Essa questão torna-se de fundamental relevância à medida que esses mesmos territórios cedidos se convertem em elementos de atrito com outros países – além das ilhas disputadas com China, Coreia do Sul e Rússia, a ilha de Okinawa é ocupada como território americano até os anos 1970, tendo sua soberania devolvida em troca da manutenção de bases aéreas no local.

Como uma forma de desfazer o peso dos militares na política nipônica, e ao mesmo tempo tornar o país uma nação aliada, decidiu-se pela manutenção do modelo parlamentarista e da figura do imperador. Para que isto fosse consolidado, seria necessário aprovar uma nova constituição, a qual deveria retirar as capacidades militares do Japão e eliminar o papel divino do

---

<sup>10</sup> A Primeira Guerra Sino-Japonesa ocorrera entre 1894 e 1895, e resultou na tomada, por parte do Japão, dos territórios da Península de Liadong, Taiwan e as ilhas Pescadores.

<sup>11</sup> A concepção original da Grande Esfera de Co-Prosperidade do Leste Asiático veio de Kajima Morinosuke, com princípios de integração pan-asiática e inspirados nas ideias pan-europeias de Conde Richard Coudenhove-Kalergi. Com a Segunda Guerra Mundial e os militares assumindo o poder no Japão, o General Hideki Tojo converte o princípio pan-asiático em um projeto securitário e de propaganda de expansão e controle do Leste Asiático.

líder do sistema imperial (ITOH, 2003: 77). Entraria em vigor, em 1947, a chamada “Constituição Pacifista”, vigente e tema de debate até os dias de hoje. Dentro desse período, duas lideranças políticas se destacaram, vindo a ocupar o cargo de primeiro-ministro e tendo fundamental importância para a constituição do principal partido japonês nos dias de hoje, o Partido Liberal Democrata (PLD) do Japão: Ichiro Hatoyama e Shigeru Yoshida.

## **2.2 A trajetória política de Ichiro e de Yoshida**

Ichiro Hatoyama era filho de Kazuo Hatoyama, político que ocupou a Câmara Baixa (Câmara dos Representantes) do Parlamento japonês desde sua segunda sessão, em 1892, até sua morte em 1911 (ITOH, 2003: 1); além disso, lecionou Direito na Universidade de Tóquio. A formação nesse ramo e nessa universidade tornou-se, ao longo do tempo, um padrão entre os primeiros-ministros japoneses, com poucas exceções, e funcionando quase como um pré-requisito para o cargo ministerial (VAN WOLFEREN, 1990: 111). Ichiro seguiu o mesmo caminho, formando-se na mesma universidade em 1904.

A carreira política de Ichiro Hatoyama se inicia logo após a morte do pai, em 1915, ao ser eleito para a Câmara Baixa – lugar que só deixou de ocupar com sua morte, em 1959. Nos primeiros anos, buscou realizar alianças com diversos políticos, com destaque para Miki Bukichi e Ono Bamboku, que o auxiliaram enquanto primeiro-ministro nos anos 50. Ocupou o cargo de secretário-chefe durante o governo de Giichi Tanaka<sup>12</sup> (entre 1927 e 1929), no qual teve de lidar com os interesses expansionistas em relação à China (o que ficou conhecido como a “política positiva”) e com o apoio desta ideia por parte dos militares do Exército Kwantung, localizado na Manchúria, o qual defendia a zona como um meio de repelir a União Soviética e migrar a população japonesa, que apresentava altas taxas de crescimento à época (ITOH, 2003: 59). A partir daí, os militares ganham cada vez mais poder e buscam expandir os territórios conquistados, e Hatoyama coloca-se na oposição a essas medidas, ciente de que cada vez menos possuíam apoio de alguma outra nação.

Ao ocupar o cargo de Ministro da Educação, Hatoyama cometeu a atitude que possivelmente impediu sua posse como primeiro-ministro no primeiro instante do pós-Segunda

---

<sup>12</sup> Apesar do mesmo sobrenome, ele não é parente de Kakuei Tanaka, primeiro-ministro japonês entre 1972 e 1974 e que será estudado no terceiro capítulo .

Guerra Mundial<sup>13</sup> – a demissão de Takigawa Yukitoki da Universidade de Tóquio, cedendo à pressão militarista (Yukitoki era considerado marxista, o que ia de encontro à política nacional nipônica à época), em 1933. No ano seguinte, um escândalo de corrupção (o Escândalo de Teijin<sup>14</sup>) faz com que Hatoyama abrisse mão do cargo, mas ainda manteve-se como um líder oposicionista em um período onde os partidos políticos eram controlados pelos militares. A situação piora com os governos de Fumimaro Konoe, que cria a Associação de Assistência ao Governo Imperial e efetivamente vem a abolir os partidos políticos, dificultando quaisquer organizações oposicionistas. Isso levou ao exílio político de Hatoyama que durou até a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial.

A partir do debate sobre a Constituição de 1947 e a construção de novos partidos políticos em meio à ocupação do Japão por parte dos Estados Unidos, foi criado o Partido Liberal do Japão, através do qual Hatoyama buscou disputar as eleições de 1946. Porém, as eleições foram marcadas pelo exílio instituído pelo Quartel-general Aliado, o qual provocou a saída temporária de diversos políticos que buscavam concorrer. Neste grupo estava inclusive Hatoyama, que, mesmo eleito, teve sua posição política cassada no dia em que o então primeiro-ministro, Kijuro Shidehara, faria o anúncio de seu sucessor. Foram utilizados como argumentos a participação no Ministério da Educação durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa, a crítica de Hatoyama aos ataques em Hiroshima e Nagasaki por parte dos americanos, ainda que ele não fosse comunista ou pró-militarista. Shidehara tenta se manter no poder, mas deixa o cargo em 1946. Nesse cenário, era necessário encontrar um substituto para Hatoyama que estivesse livre para assumir o cargo – que foi Shigeru Yoshida.

Yoshida foi um burocrata que construiu sua carreira como diplomata, mas não teve a facilidade de Hatoyama, à medida que não veio de uma família com raízes políticas. Após se formar na Universidade de Tóquio em 1906, trabalhava como cônsul em Mukden durante os primeiros passos da invasão japonesa à Manchúria através do Exército Kwantung. Como sua visão era pró-ocidental (em particular quanto a Estados Unidos e Inglaterra), os militares

---

<sup>13</sup> O memorando SCAPIN 919 (Supreme Commander for the Allied Powers Instruction – Instrução do Comandante Supremo das Forças Aliadas) cita que Ichiro Hatoyama era responsável por quaisquer leis aprovadas enquanto secretário-chefe do governo de Tanaka (entre as quais estava uma para controle de atividades comunistas no país), bem como pelo incidente que resultou na demissão de Takigawa Yukitoki. A publicação, porém, não levou em conta a pressão militar e a incapacidade de Hatoyama resistir a tal demanda (ITOH, 2003: 84).

<sup>14</sup> Episódio onde foram fabricados desvios financeiros envolvendo uma empresa de manufatura sintética de seda, a Teijin. Ichiro deixa o cargo antes do seu julgamento, mas não tem envolvimento comprovado. Em 1937, fica comprovado que o incidente foi armado por Hiranuma Kiichiro, que buscava o cargo de porta-voz do Conselho Privado, órgão com o papel de aconselhar o imperador Hirohito e que foi abolido em 1947, com a nova Constituição.

exilaram Yoshida entre 1936 e 1939, ao enviá-lo como embaixador japonês na Inglaterra (ITOH, 2003: 104). Afastou-se da política até 1945, quando se tornou Ministro de Relações Exteriores nos governos do príncipe Higashikuni e de Shidehara.

Algumas razões levaram à escolha de Yoshida para o cargo. Primeiramente, tanto ele quanto Hatoyama possuíam visões antifascistas e anticomunistas – algo que debateram em um encontro entre eles na Inglaterra – o que beneficiou o primeiro em relação aos Estados Unidos. Em segundo lugar, a participação política de Yoshida até o fim da guerra foi menor do que a de Hatoyama, o que diminuía as chances de um novo exílio político. O convite de Hatoyama foi aceito por Yoshida à época, dando início à sua carreira como primeiro-ministro – que, entre os diversos gabinetes que constituiu, foi o quarto político com maior tempo de governo.

### **2.3 Os governos de Shigeru Yoshida**

Yoshida esteve no poder durante dois períodos: de 1946 a 1947, ano da derrota para os socialistas (em uma coalizão liderada pelo Partido Socialista Japonês); e de 1948 a 1954, quando perde para Ichiro Hatoyama. O período exigia a recuperação econômica do país em meio a um cenário onde os socialistas ganhavam força e as diretrizes norte-americanas dificultavam a capacidade de barganha nipônica. Nesse sentido, Yoshida deve ser reconhecido pela habilidade com que negociava, o que possivelmente era resultado de seu trabalho como diplomata; porém, talvez sem tal intenção, seu governo pode ter sido o principal responsável pela forte relação constituída entre Japão e Estados Unidos (vale lembrar que o Acordo de São Francisco e o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA foram assinados em seu governo, no ano de 1951), dificultando assim a adoção de uma maior autonomia nacional.

A capacidade política japonesa de iniciar reformas foi facilitada a partir da política de curso reverso – o momento exigia isso não só pela discordância existente entre o presidente americano Truman e o general MacArthur, mas porque o fim dos zaibatsus e as uniões trabalhistas davam um cenário favorável à ascensão da esquerda, o que efetivamente ocorreu após o primeiro governo de Yoshida (apesar de não ter durado um ano, de 1947 a 1948). Essa política foi incentivada pelo correspondente do governo Truman, George F. Kennan, que defendeu o fim da interferência em assuntos internos do Japão, assim como na dissolução dos zaibatsus (ITOH, 2003: 109).

Outro importante fator condicionante da política interna e externa do Japão ocorreu durante o seu governo – a criação das Forças de Autodefesa do Japão. Havia um impasse sobre o assunto, à medida que o Artigo 9º da Constituição impedia a existência de forças armadas; mas a Guerra da Coreia e a política de curso reverso invocavam não só a necessidade de equipamentos e pessoal para a defesa do país em tempos de conflito onde os Estados Unidos não pudessem ser responsáveis pela guarda do Japão, mas também como um elemento de um país que se reestruturava, e que, a partir disso, poderia se colocar, ainda que apenas no nível diplomático, como uma força de suporte aos norte-americanos. Porém, a situação gerou protestos dos comunistas, que consideravam tal ato inconstitucional, iniciando uma discussão que ainda se prova atual e relevante sobre a legitimidade ou não de seu status.

O governo de Yoshida também ficou conhecido por retomar a relação das empresas com a política e a burocracia – o que resulta no “Sistema”, ou “triângulo de ferro” (VAN WOLFEREN, 1990: 43; VISENTINI, 2011: 193), onde essas três pontas estabelecem uma relação de influência mútua entre si e efetivamente controlam os resultados japoneses nos níveis político e econômico. Isso se faz presente até os dias de hoje e ajuda a explicar a dominância quase ininterrupta de um único partido político em 60 anos e o predomínio do mesmo empresariado (através das keiretsu<sup>15</sup>, as “sucessoras” dos zaibatsus). Esse processo provou-se necessário à época para aproveitar o cenário da Guerra da Coreia, com o Japão produzindo os materiais necessários para o conflito e os Estados Unidos fornecendo capital e tecnologia – o que efetivamente permitia a exportação de produtos nipônicos ao país estadunidense (VISENTINI, 2011: 54). Porém, o lado negativo disso consistia na dependência japonesa do comércio norte-americano, dificultando a busca por outras alternativas até os anos 70, algo procurado pelos governos de Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda.

A política de Yoshida prezava pelo baixo envolvimento na política internacional, deixando-a a cargo dos Estados Unidos, o que permitia ao Japão focar apenas na reestruturação econômica, e pela aceitação das diretrizes norte-americanas, o que ficou comprovado com a assinatura do Tratado de São Francisco em 1951, sendo vigente no ano seguinte, quando o Japão retoma seu status de nação independente. Porém, não é errado dizer que é uma “independência subordinada” (ITOH, 2003: 111), ou seja, onde qualquer medida por parte do governo nipônico tinha que obter aprovação dos EUA. Além disso, as questões territoriais foram deixadas de lado,

---

<sup>15</sup> As keiretsu são a reunião de grandes corporações em instituições comuns, onde as empresas de um grupo possuem ações das demais, o que forma uma relação estreita e difícil de ser quebrada (FREITAS, 2009: 27).

como fica evidente no caso de Okinawa, que só foi devolvida ao Japão em 1972, com o contraponto de manter as bases americanas naquela ilha.

No nível interno, ficava evidente o distanciamento cada vez maior entre Yoshida e Ichiro Hatoyama. O primeiro sabia da dependência existente de Ichiro por trás dos acordos que possibilitavam o concerto político, efetivamente havendo um “comando oculto” do Japão por parte de Hatoyama (ITOH, 2003: 112). Ciente disso, o governo de Yoshida buscou atrasar ao máximo a reconsideração da cassação dos direitos políticos de Hatoyama, o que só veio a acontecer efetivamente em agosto de 1951. O resultado disso foi o racha do Partido Liberal em duas facções, cada uma leal a um desses projetos (representados nestes dois políticos), e a erosão gradual do poder de Shigeru Yoshida, que criava um cenário cada vez mais favorável aos socialistas. Além disso, a situação envolveu a saída de Hatoyama do Partido Liberal, levando à formação do Partido Democrático do Japão.<sup>16</sup>

Dessa forma, novas eleições foram realizadas em 1954 – e o partido de Ichiro Hatoyama conseguiu vencer o Partido Liberal, graças à colaboração do Partido Socialista do Japão. Com isso, consolidava-se também a transferência de poder de alguém aliado a MacArthur para um representante político do curso reverso.

## **2.4 O governo de Ichiro Hatoyama**

Ichiro Hatoyama iniciou seu governo tentando desfazer iniciativas do governo de Shigeru Yoshida. A primeira delas – e talvez a mais arriscada naquele período – foi a de tentar quebrar a relação intrínseca existente entre os burocratas e o empresariado (ITOH, 2003: 125). A dificuldade em realizar tal ação, por conta da pressão existente entre os políticos do Partido Democrático em manter esses laços e, de outro lado, do Partido Socialista em quebrá-los, resultava em um impasse que nunca foi bem solucionado pelo governo de Hatoyama.

O segundo problema do governo era a pressão existente na Câmara dos Representantes (a Câmara Baixa). O gabinete de Ichiro era formado por uma coalizão com o Partido Socialista e sofria interferência tanto deste como do Partido Liberal (o de Yoshida), o que dificultava a governança especialmente no que tangia às revisões constitucionais, particularmente do Artigo 9º da Constituição. Diante de tal cenário, Bukichi Miki, um dos principais aliados políticos de

---

<sup>16</sup> O partido, apesar do mesmo nome, não guarda relação com o Partido Democrata do Japão (PDJ), criado nos anos 90.

Hatoyama, comandou de forma discreta uma operação que permitisse a fusão dos dois partidos políticos conservadores, estabilizando assim seu poder e permitindo a maioria parlamentar. Através de diversos acordos, o Partido Liberal Democrata do Japão (PLD) foi criado em 1955 como resultado da fusão do Partido Liberal e do Partido Democrático do Japão.

A partir disso, tornava-se possível a Hatoyama, finalmente contando com maioria parlamentar, discutir as questões de defesa e das relações com seus vizinhos – questões que Yoshida deixava nas mãos dos Estados Unidos. Porém, as dificuldades com que Ichiro era obrigado a lidar dificultavam um governo eficiente. No nível interno, a pressão política se deu pela tentativa de instituir um sistema de eleição distrital menor que o então vigente, com a intenção de diminuir o poder dos socialistas e criar um sistema bipartidário; a oposição do Partido Socialista Japonês inviabilizou o projeto até os anos 90, quando Kiichi Miyazawa, então primeiro-ministro, conseguiu apoio parlamentar em uma versão revisada dessa lei. Além disso, a dificuldade em obter aliados políticos em um cenário onde a vertente política de Ichiro era atacada tanto pelos socialistas como pela facção de Yoshida dificultaram a criação da Associação da Fraternidade dos Jovens, através do princípio do yuai (fraternidade, em japonês). O princípio derivava da fraternidade promovida por Conde Kalergi<sup>17</sup>, de caráter anticomunista e antifascista, durante a Segunda Guerra Mundial e que influenciou a ideologia de Hatoyama (ITOH, 2003: 71-72).

No nível externo, a pressão política se dava em cima da discussão sobre a normalização das Forças de Autodefesa em Forças Armadas. Nesse mesmo cenário, buscava-se uma maior autonomia do país em relação à sua diplomacia. O objetivo de Hatoyama era restabelecer as relações com a União Soviética e aproximar-se diplomaticamente da China. Junto a isso, a discussão sobre as ilhas de Okinawa com os Estados Unidos e o pedido de revisão japonês do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA eram temas de segurança nacional que esbarravam na oposição interna (vinda do Partido Socialista Japonês) e da indiferença norte-americana a esses temas, buscando manter o status quo e tentando impedir a mudança na polarização das relações nipônicas com soviéticos e chineses.

---

<sup>17</sup> Foi o responsável por escrever o livro que influenciou Ichiro Hatoyama: “O Estado Totalitário Contra o Homem” (ITOH, 2003: 71).

Diante de tal cenário, Ichiro Hatoyama toma para si o papel de estabilizar as relações com a União Soviética, uma vez que as duas partes tecnicamente ainda estavam em guerra<sup>18</sup>. A resolução do tema era de suma importância para a entrada do Japão na ONU, pois os soviéticos estavam barrando a entrada japonesa. A questão das ilhas Kurilas foi o que efetivamente impediu a assinatura de um tratado de paz entre os dois países, levando apenas à assinatura de uma Declaração Conjunta, na qual foi prometido o retorno das duas menores ilhas disputadas – Habomai e Shikotan – e a promessa futura de um tratado de paz<sup>19</sup>. Esta acabaria sendo a última ação política de Ichiro Hatoyama, que renunciaria ao cargo em dezembro de 1956, morrendo em março de 1959. Ichiro influenciaria as políticas de seu neto, Yukio Hatoyama, durante a vida política do mesmo, especialmente nos anos 2000 – quando este torna-se primeiro-ministro.

## **2.5 Entre o pacifismo passivo e a política externa independente**

Ichiro Hatoyama era parte de uma família que pode ser considerada uma das mais influentes no Japão, similar à importância dos Kennedy nos Estados Unidos (ITOH, 2003: 2). Kazuo, seu pai, fez parte da Câmara dos Representantes<sup>20</sup>; Ichiro, seu filho, fez parte do Ministério das Finanças e do Ministério de Relações Exteriores; e Yukio, seu neto, também foi primeiro-ministro. A relevância política que Ichiro possui pode ser observada tanto no conflito do seu período com Shigeru Yoshida, mas em como sua busca por uma política externa independente e ativa influenciou políticos posteriores a fazerem o mesmo.

Yoshida colocou-se como um defensor do Japão como Estado Cliente, ainda que seja necessário compreender a dificuldade de manobra existente no período de ocupação dos Estados Unidos no país. Ao reafirmar os princípios constitucionais adotados em 1947 e focar-se na reestruturação econômica com ênfase nas demandas estadunidenses, pode-se dizer que o governo japonês perdeu um possível elemento de barganha à medida que poderia priorizar outros países e, com isso, encontrar alternativas para retomar o crescimento, podendo daí extrair maiores vantagens tecnológicas dos Estados Unidos do que já tinha sido recebido. A política de Yoshida também perdeu a oportunidade de legitimar as Forças de Autodefesa como forças armadas no

---

<sup>18</sup> A União Soviética não assinou o Acordo de Paz de São Francisco (1951), o que possibilita ao Japão manter o litígio sobre as ilhas do sul das Kurilas, conhecidas no Japão como Territórios Nortistas (Northern Territories).

<sup>19</sup> A Declaração Conjunta deixa claro que a cessão das ilhas de Habomai e Shikotan só ocorreria após um eventual tratado de paz assinado entre os países. Como até então isso não ocorreu, tais territórios permanecem sob controle russo.

<sup>20</sup> A Câmara dos Representantes é o equivalente institucional da Câmara dos Deputados no Brasil.

período em que os norte-americanos batalhavam na Guerra da Coreia, onde um apoio militar realizado com sucesso no conflito legitimaria sua manutenção. No nível interno, a incapacidade de manter gabinetes, utilizando-se de reformas e mudanças de cargos, foi minando sua aptidão de conseguir apoio efetivo e permitiu que a situação colocasse o Japão em um ponto de maior dependência que dificultaria o cumprimento dos objetivos de Ichiro Hatoyama.

Ichiro Hatoyama, por sua vez, colocou-se como um defensor do Estado Normal. À medida que defendeu a autonomia das relações diplomáticas do Japão e a constituição de Forças Armadas, possivelmente observou que a situação da qual foi contemporâneo deixava o país em uma situação de alta vulnerabilidade e dependência econômica e militar do Ocidente, em particular dos Estados Unidos. Diante de tal cenário, o primeiro passo naturalmente seria a revisão do Acordo de São Francisco e o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA; porém, os Estados Unidos sabiam a importância de manter um aliado no Pacífico que se colocasse em uma posição de dependência e também como ponto de partida para eventuais operações militares na região (algo que efetivamente ocorreu ao longo da Guerra da Coreia). Possivelmente a conjuntura não permitiria que Ichiro Hatoyama conseguisse amenizar o peso dessa relação, mas sua importância fica evidente na política externa de outros primeiros-ministros que buscaram diversificar seus parceiros comerciais e aliados políticos, buscando contrapontos à singularidade existente na relação com os norte-americanos.

Dentro da Guerra Fria, a assinatura de um tratado de paz com os soviéticos e o interesse publicamente manifestado de retomar os contatos com os chineses mostrar-se-iam como alternativas à influência americana sobre a economia. Além disso, isso garantiria que o Japão não seria agredido no caso de uma escalada militar entre os países capitalistas e comunistas na região; desta forma, ficava garantida a segurança nacional do país e ficava disponível uma alternativa de autonomia da política externa. Não por acaso, a retomada das relações diplomáticas com a União Soviética constituiu-se como elemento necessário para a efetiva inclusão do Japão no Sistema Internacional, ao ter seu pedido de ingresso na ONU atendido. O possível desconforto americano com estas atitudes não poderia ser justificado, à medida que se mostrava improvável um rompimento do Acordo de Segurança Mútua – não havia outro país com capacidade similar econômica e militar aos EUA no período. Enquanto as relações com os soviéticos foram retomadas ainda durante o governo de Ichiro, as com os chineses foram reatadas em 1972, durante o governo de Kakuei Tanaka.

As diferenças políticas entre Shigeru Yoshida e Ichiro Hatoyama permearam toda a política japonesa até os anos 70, quando uma nova polaridade se constituiu no PLD. Ao contrário dos anos 50, onde a díade observada claramente representava uma oposição entre política externa ativa (Ichiro) ou dependente (Yoshida), as diversas mudanças do período possibilitavam contemplar dois diferentes perfis de associação a vizinhos. Este é um dos elementos presentes na “guerra Kaku-Fuku”, travada politicamente entre Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda. Ainda que ambos ascendessem através da facção de Yoshida, seus diferentes projetos para o Japão levaram a uma polarização da política japonesa que persistiu até os anos 2000, quando Junichiro Koizumi consegue efetivamente unir as facções internas ao PLD em seu apoio nas eleições e no seu mandato como primeiro-ministro.

### **3. A SEGUNDA DISPUTA DE PROJETO NACIONAL DO PÓS-II GM: KAKUEI TANAKA X TAKEO FUKUDA**

#### **3.1 O panorama nacional e internacional da década de 1970**

O Japão desse período contrastava significativamente com o Japão dos anos 50, estudado no capítulo anterior. Enquanto no período de Ichiro Hatoyama e Shigeru Yoshida a prioridade interna se constituía na reestruturação econômica e em manter o capitalismo como sistema político-econômico, a década de 60 já passou a representar o começo do “milagre japonês”, onde a economia mostrava índices constantes de crescimento e a política mantinha-se estável, com a manutenção de governos do PLD – destacando os mandatos de Hayato Ikeda (1960-1964) e Eisaku Sato (1964-1972).

Entre os elementos que permitiram a ascensão econômica nipônica, estavam a íntima associação entre burocratas, empresariado e políticos – o “sistema” simbolizado por um triângulo de ferro – que garantia a economia de escala através da constituição de cartéis empresariais na maior parte dos setores econômicos para produzir conforme demanda governamental ou internacional. Além disso, a alta competitividade entre as empresas fez com que elas se modernizassem tanto tecnológica quanto organizacionalmente (LEMOS, 2012: 23). No mesmo período, uma política de geração de empregos e de altos investimentos produtivos possibilitaram o aumento da renda da população, elevando a qualidade de vida no país. Outro elemento importante do governo Ikeda (que se manteve posteriormente) foi o papel do Banco do Japão como conessor de crédito aos investimentos empresariais, o que garantiu ao Banco o controle efetivo dos financiamentos na economia nipônica.

No plano externo, podem ser destacados outros elementos que possibilitaram esta ascensão econômica, tais como o protecionismo às empresas internas, o que garantia sua competitividade no plano internacional; o atrelamento do iene ao dólar, de forma a manter a moeda japonesa desvalorizada, incentivando as exportações; a participação japonesa em iniciativas multilaterais econômicas, como a entrada na OCDE<sup>21</sup> em 1964 e, dois anos depois, no Banco de Desenvolvimento Asiático. O baixo perfil diplomático do país à época permitiu o foco nos aspectos econômicos, onde as pressões sempre foram administradas por parte dos Estados

---

<sup>21</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Unidos, especialmente nas questões comerciais, que permitiam o significativo desenvolvimento econômico japonês. (UEHARA, 2003: 83).

Outro acontecimento de impacto à época, partindo da gestão Sato, foi a renegociação com os Estados Unidos acerca da região de Okinawa, onde se localizam algumas das ilhas mais periféricas ao sul do Japão. Neste território localizam-se 42 das 50 bases estadunidenses no país. O Acordo de Reversão de Okinawa, assinado em 1971, devolveu o território à soberania japonesa, com a condição de que os norte-americanos pudessem manter suas bases lá. Desde então, a presença militar norte-americana têm sido um importante elemento nas relações entre os dois países, especialmente por conta da pressão dos habitantes da ilha após incidentes decorrentes dessa permanência.<sup>22</sup>

A relativa estabilidade econômica e política favoreceu a manutenção do PLD no governo. Ainda assim, haviam no seio do partido diferentes facções, e que guardavam uma característica comum: a de uma elite rica e de famílias importantes interconectadas, com alta graduação nas principais universidades japonesas e fazendo parte da burocracia antes de assumir cargos políticos (SCHLESINGER, 1999: 51). Dessa forma, desde 1957 – o ano seguinte à renúncia de Ichiro Hatoyama – até os anos 70, esse perfil é presente na alta cúpula japonesa, como fica comprovado pelos primeiros-ministros Nobusuke Kishi, Hayato Ikeda e Eisaku Sato. Os dois principais ocupantes desse cargo nos anos 70 chegaram ao poder graças às alianças que constituíram dentro de suas respectivas facções, mas mostrar-se-ia uma significativa diferença neste período: pela primeira vez, desde a ocupação do Japão pelos Estados Unidos, um político ascendia ao poder vindo de família pobre e com característica popular :Kakuei Tanaka.

### **3.2 O governo de Kakuei Tanaka**

Kakuei Tanaka é considerado até hoje um dos principais primeiros-ministros da história japonesa. O fato de ascender de uma família pobre e não ser graduado em Direito na Universidade de Tóquio o distinguiu dos demais.<sup>23</sup> Sua ascensão inicial foi resultado de investimentos na construção civil, que foram ampliados a partir do casamento com a filha do dono de uma empresa do ramo, a qual contava com conexões com o governo (SCHLESINGER,

---

<sup>22</sup> As reclamações dos habitantes de Okinawa costumam estar confinadas a dois temas: a proximidade de pistas para aviões e a poluição sonora decorrente do tráfego aéreo, bem como estupro de mulheres por parte dos militares (JOHNSON, 2004: 34-37, 41-44; 52, 56-57)

<sup>23</sup> Além de Tanaka, apenas o primeiro-ministro Noboru Takeshita (1987-1989) guardou tal distinção. Takeshita foi um dos herdeiros políticos de Tanaka.

1999: 29). Conforme prosperava economicamente, passou a apoiar financeiramente candidaturas para as eleições de 1946, período onde iniciou sua carreira política na província de Niigata. Tanaka se elegeu a partir da promessa de desenvolver a região em um curto período de tempo, incentivando investimentos públicos e privados em construção civil e infraestrutura. Isso foi possível graças à associação por ele promovida para melhorar as condições de Niigata, o Etsuzankai<sup>24</sup>, que se tornaria sua principal base política nos anos posteriores.

Tanaka cresceu dentro do PLD participando politicamente da facção de Yoshida. Isso foi possível graças a seu estilo populista (SCHLESINGER, 1999: 53), permitindo sua reeleição na Câmara dos Representantes. Seu nome ganhava projeção nacional à medida que ocupava cargos de relevância nos gabinetes de Ikeda e Sato.<sup>25</sup> Ainda assim, Tanaka construía uma rivalidade com Takeo Fukuda, colega de partido e de ala oposicionista, à medida em que a popularidade do governo de Sato diminuía. Como este último não conseguiu convencer Tanaka de tornar Fukuda primeiro-ministro, a questão foi resolvida em votação, com a vitória de Tanaka, em votação realizada em 1971. Naquele momento era eleito o primeiro-ministro mais novo da história do Japão<sup>26</sup>, e o único sem graduação em alguma universidade.

Logo ao assumir o cargo, Tanaka passou a defender uma política mais ativa, em oposição à “política de espera”<sup>27</sup> de Sato. Isso fica evidente na principal ação promovida pelo governo Tanaka acerca da política externa do país: em 1972, três semanas após assumir o cargo, há o restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC), o que ocorria um ano depois da retomada das relações sino-americanas a partir da visita de Richard Nixon à RPC. O peso político dessa reaproximação fica claro com o reconhecimento da China comunista como o único governo legal da China (JAPÃO; CHINA, 1972), em detrimento das relações até então existentes dos japoneses com Taiwan. A retomada das relações diplomáticas com a RPC ia se mostrar também como uma oportunidade financeira nos anos posteriores, com a assinatura do Tratado de Paz no governo Fukuda (1976-1978). Importa notar que a reaproximação possibilitou um acordo entre as duas partes (Zhou Enlai por parte da RPC, Tanaka

---

<sup>24</sup> Em uma tradução livre, “Associação para Cruzar as Montanhas”. O nome se explica por Niigata ser uma região montanhosa e que, por muitos anos, esteve isolada da parte mais desenvolvida do Japão.

<sup>25</sup> Tanaka foi Ministro dos Correios e das Telecomunicações e Ministro das Finanças no gabinete Ikeda; no gabinete Sato, ocupou a Secretaria-Geral do PLD e o Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

<sup>26</sup> Essa condição foi mantida até a eleição de Shinzo Abe, em 2006.

<sup>27</sup> Política que defendia a espera prolongada frente a um determinado problema, para então tomar uma decisão (SCHLESINGER, 1999: 53).

por parte do Japão) de não discutir em um primeiro momento a disputa das ilhas Diaoyu (assim chamadas pelos chineses) ou Senkaku (como as chamam os japoneses).

Outra mudança importante ocorrida no governo Tanaka em 1974 foi a criação da JICA (*Japan International Cooperation Agency*; em português, Agência de Cooperação Internacional do Japão) a fim de providenciar assistência oficial às reparações de guerra, mas passa a abarcar as relações diplomáticas e comerciais em sua área de atuação. Ainda que sua constituição fosse discutida desde os anos 50 (CHIARELLI, 2009: 24), sua criação pode ter relação direta com a visita de Tanaka aos países-membros da ASEAN<sup>28</sup> (*Association of South East Asian Nations*; em português, Associação das Nações do Sudeste Asiático), que receberam o primeiro-ministro com protestos (especialmente em Jacarta e Bangcoc). Como o Japão importava petróleo e outras matérias-primas desses países (SEVERINO, 2014: 21), havia certo temor na região sobre a condição nipônica no momento – altas taxas de inflação e a crise do petróleo. Apesar da viabilização da infraestrutura construída, a sociedade japonesa perdia cada vez mais poder de consumo, abalando a popularidade de Tanaka. Com isso, os países da ASEAN se viam em uma situação similar àquela da Segunda Guerra Mundial, temendo algum tipo de retaliação por parte do Japão. Não por acaso, o assunto será retomado no governo de Fukuda, com novos cuidados em relação à diplomacia com esses países.

Por outro lado, a carreira política de Kakuei Tanaka sempre esteve envolvida com sua vida financeira. Isso foi possível de observar não só nas obras que modernizaram a província de Niigata (como ferrovias ou hidrelétricas), mas também em acesso a informações confidenciais sobre terrenos que viriam a ser comprados pelo governo ou de licitações a serem abertas, onde as empresas ligadas a Tanaka ganhavam – e, com isso, o próprio político tinha sua parcela de lucro (SCHLESINGER, 1999: 72). Essas situações geravam investigações, mas que, ao menos durante o seu mandato, nunca comprovaram um envolvimento ilegal por parte de Tanaka<sup>29</sup>. Todavia, em um período de inflação esse tipo de carreira não era mais tolerada pela população japonesa em um período de alta inflação e conseqüente piora da situação econômica do país, a população passou a não tolerar mais a existência de políticos que se beneficiavam economicamente do cargo, em seus negócios privados. Desse modo, ainda que Tanaka não visse suas ações como

---

<sup>28</sup> À época de sua formação, a ASEAN contava com Filipinas, Malásia, Indonésia, Cingapura e Tailândia como membros; posteriormente, passou a contar também com Brunei, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã.

<sup>29</sup> Tanaka foi preso em 1948 por suposta indução da máquina estatal para o controle de minas de carvão, mas conseguiu provar sua inocência (SCHLESINGER, 1999: 74).

corruptas – considerando sua carreira política e seus negócios como coisas distintas –, a sua popularidade caiu, o que iniciou um processo dentro do PLD, liderado por Fukuda, para que Tanaka deixasse o cargo. A partir da convocação de uma de suas assistentes para depor sobre as finanças pessoais do então primeiro-ministro, ele decidiu deixar o cargo em novembro de 1974.

Ainda assim, o incidente que marcou a carreira de Tanaka foi o escândalo envolvendo a empresa Lockheed Martin. A investigação sobre o caso se iniciou com a contagem de contribuições feitas por corporações americanas a países parceiros dos Estados Unidos, em meio ao escândalo de Watergate.<sup>30</sup> Entre eles estava o Japão, onde Tanaka foi acusado de receber o equivalente a US\$ 1,6 milhão (na cotação da época) para garantir que a proposta de compra de aviões da Lockheed teria sucesso. A empresa interessada buscava fechar contrato com a ANA (All Nippon Airways), principal companhia de aviação do Japão e que buscava aviões para operar voos comerciais.<sup>31</sup> A rede de contato entre a Lockheed e a ANA (All Nippon Airways) era feita por uma companhia de vendas sediada no Japão, a Marubeni. Um dos chefes da máfia japonesa, Yoshio Kodama, também esteve envolvido no caso. Como resultado, Tanaka foi preso em 1976, em meio a fortes protestos por parte da população japonesa<sup>32</sup> e promessas do então primeiro-ministro Takeo Miki de “fortificar a democracia no Japão e realizar a reforma política” (SCHLESINGER, 1999: 90).

No nível externo, a questão da Lockheed pode ser tratada também como uma forma de compreender a relação entre Estados Unidos e Japão no período, a qual estava permeada por questões comerciais – o superavit japonês já era objeto de preocupação para os americanos. A suposição de que Nixon teria pessoalmente requisitado à ANA (All Nippon Airways) a compra dos aviões Lockheed (SCHLESINGER, 1999: 85) poderia representar uma tentativa de cortar parcialmente os lucros nipônicos no comércio entre os dois países. Além disso, a retomada das relações entre a RPC e os Estados Unidos, ainda no governo Sato, sem aviso prévio ao Japão, tensionou as relações nipo-americanas, exigindo a visita de Tanaka aos Estados Unidos para coordenação de discursos e de política externa entre os dois países.

---

<sup>30</sup> Incidente ocorrido no governo Nixon, onde foram constatados desvios de dinheiro público, instalações de grampos telefônicos usando as agências investigativas dos EUA (FBI e CIA, principalmente) e abusos de poder político por parte do presidente, o qual, após pedidos de impeachment, cedeu o cargo em agosto de 1974.

<sup>31</sup> A outra companhia interessada em participar do leilão da ANA (All Nippon Airways) era a McDonnell Douglas, oferecendo o modelo DC-10; a Lockheed, por sua vez, oferecia o modelo L-1011 Tristar.

<sup>32</sup> O incidente foi o primeiro onde um primeiro-ministro japonês foi acusado de abuso de autoridade em benefício próprio. Além disso, Kodama tinha sido indiciado como um criminoso de “classe A” da Segunda Guerra Mundial (ou seja, alguém que teria participado do planejamento e ação dos golpes militares do período no Japão).

O incidente afetou a vida política de Tanaka. Desde então, apesar de manter-se afiliado ao PLD e ser eleito para a Câmara Baixa, nunca mais pode ocupar um cargo oficial de destaque no partido ou fazer parte de algum gabinete. Ainda assim, a rede de contatos construída ao longo da carreira e a influência no partido permitiram que ele fosse o líder de sua facção, rivalizando com Fukuda. Além disso, todos os primeiros-ministros que ocuparam o cargo depois de Tanaka até o mandato de Noboru Takeshita (1987-1989) contaram com o apoio da facção de Tanaka.

A transição do poder a Takeo Miki (1974-1976) foi resultado da concepção de Tanaka de que era necessário um governo que passasse ao povo a sensação de justiça e de investigação. Porém, quando esses resultados passaram a afetar a sua construção política, Tanaka apoiou a facção de Fukuda, seu oponente, para retirar Miki do poder. Porém, ao mesmo tempo Tanaka desejava manter o caráter oposicionista a Fukuda quando este estivesse no governo. E isso acaba ficando comprovado pelo contraste entre os governos de Tanaka e Fukuda, gerando o embate político chamado de “Guerra Kaku-Fuku” pela mídia japonesa.

### **3.3 O governo Fukuda: o sistema de subcontratação e a ASEAN**

Takeo Fukuda ocupou o cargo de primeiro-ministro entre 1976 e 1978, enquanto o processo jurídico relativo ao escândalo da Lockheed era julgado. Isso ainda impedia a volta de Kakuei Tanaka ao protagonismo político, o que lhe deu maior liberdade de ação em um primeiro momento. Ascendendo como padrinho político de Shigeru Yoshida, Fukuda tinha ciência do papel da diplomacia na política interna, fazendo dela um dos principais instrumentos do seu governo. Antes mesmo de chegar ao cargo, Fukuda foi Ministro das Relações Exteriores no governo Tanaka, afirmando que era necessário ter uma diplomacia com todos os países para a manutenção da paz (UEHARA, 2003: 95 apud EDSTRÖM, 1999: 96), citando como exemplos os casos chinês e soviético.

Ciente disso e do impacto negativo causado pela visita de Tanaka aos países da ASEAN enquanto era primeiro-ministro, Fukuda busca um modo de reverter a situação. Isso acaba se constituindo na Doutrina Fukuda, que guiou a política externa japonesa nos anos posteriores. A Doutrina era regida por três princípios: o da manutenção japonesa como nação pacífica que contribuiu para a paz no Sudeste Asiático; a constituição de relações de confiança com os países da região; e a interação com países da ASEAN para estabelecer relações de caráter colaboradorativo (UEHARA, 2003: 95 apud EDSTRÖM, 1999: 98).

A Doutrina Fukuda enseja duas implicações. A primeira delas é econômica: os países da ASEAN passam a fazer parte do sistema de subcontratação japonês, como demonstrou Giovanni Arrighi (1997). O sistema de subcontratação se constitui em um transbordamento tecnológico e produtivo, onde o país com tecnologia mais desenvolvida – informática, robótica, etc., no caso do Japão – repassa veículos, máquinas e financiamento para modernização de infraestrutura<sup>33</sup>. A manutenção de relações diplomáticas estáveis era necessária à medida que o Japão efetivamente desnacionalizava a sua base industrial, tornando-se interdependente de seus parceiros econômicos. Além disso, estes países, por serem importadores dos produtos japoneses, permitiam a entrada de divisas em um cenário onde o iene se valorizava em relação ao dólar.

A segunda é política. Ao estabelecer vínculos maiores com países do Sudeste Asiático, o Japão criava uma alternativa à relação nipo-americana, dinamizando suas relações e buscando, com isso, estabelecer novas associações com esses Estados. Ao assumir essa primazia na região, isso possibilitava a criação de mecanismos mais sólidos de cooperação (que seriam consolidados posteriormente com o ASEAN + 3) e o exercício do *soft power* japonês, de forma a superar as desavenças ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, a manutenção dos esforços de cooperação com os países da região era fundamental.

Dando continuidade ao processo iniciado por Tanaka e Zhou Enlai, Fukuda assina o Tratado de Paz e Amizade com a RPC (representada por Deng Xiaoping). A importância deste vai além de consolidar a retomada das relações; esse tratado possui uma cláusula antihegemônica, de forma que nenhum país da região poderia consolidar-se como hegemonia (JAPÃO; CHINA, 1978). Na época, isso representava uma oposição à União Soviética, mas também se constituía como um mecanismo de contenção de pretensões hegemônicas futuras por parte japonesa ou chinesa.

### 3.4 A “guerra Kaku-Fuku<sup>34</sup>” e seus efeitos na política japonesa

A rivalidade entre Tanaka e Fukuda definiria os rumos da política japonesa à medida que ambos os políticos lideravam facções dentro do PLD. Apesar do predomínio do partido na

---

<sup>33</sup> Enquanto o Japão se encontrava em fase desenvolvida da III Revolução Industrial, os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) recebiam maquinário equivalente à fase anterior desse processo (aço, produção naval, produtos elétricos, etc.), e a China, em um primeiro momento, era a responsável pelo fornecimento de matérias-primas (VISENTINI, 2012: 65).

<sup>34</sup> É o termo cunhado pela mídia japonesa para designar a rivalidade política entre Tanaka e Fukuda.

política japonesa – interrompido brevemente nos anos 90<sup>35</sup> e 2000<sup>36</sup> – o partido dificilmente obtinha consenso em questões internas, e uma carreira política de sucesso dependia efetivamente da aliança a um desses lados. Não por acaso, os políticos que ocuparam o cargo de primeiro-ministro depois de Fukuda até os anos 90<sup>37</sup> faziam parte da facção de Tanaka, sendo eleitos graças ao lobby feito com outros membros do partido e de membros do empresariado e da burocracia, caracterizando o “triângulo de ferro” da política japonesa (VAN WOLFEREN, 1990: 43; VISENTINI, 2011: 193). A política de Tanaka influenciaria seus sucessores políticos ideologicamente – Ichiro Ozawa, Yasuhiro Nakasone e Noboru Takeshita – e era efetivamente a responsável pelas escolhas tomadas pelo PLD. Essa influência e capacidade decisória, sem ocupar cargos oficiais, renderam a Tanaka o apelido de “shogun das sombras”. Fukuda, em contrapartida, buscava reduzir o poder de Tanaka. Para isso, apresentou um projeto de reforma partidária em 1977, a fim de abolir as facções dentro do PLD. Apesar de aprovada, a medida não impediu a manutenção da articulação política dentro do partido, e resultou na derrota de Fukuda para Ohira no ano seguinte (1978). Sendo assim, ao menos no que tange à política interna, é possível traçar um paralelo com os anos 50, onde os projetos de Ichiro Hatoyama e Shigeru Yoshida se opunham e moldavam o debate político do período.

No âmbito externo, é possível observar que também há uma diferença de posições. O governo Tanaka representou um passo ousado na política externa ao retomar as relações com a China, pelos motivos econômicos e políticos anteriormente destacados. Vista pelo prisma das relações Japão-EUA à época, representava uma tentativa nipônica de buscar uma liderança no Pacífico, não só como um país “criador da paz” (UEHARA, 2003: 98), mas que pretendia conquistar autonomia ao Japão. Essa visão se assemelha à de Ichiro Hatoyama nos anos 50, pois reconhece a importância das relações com os Estados Unidos enquanto busca alternativas de

---

<sup>35</sup> Em 1993, é formado um gabinete de oposição ao PLD, constituído por membros que se retiraram do partido sob a liderança de Ichiro Ozawa (herdeiro político de Tanaka) e construíram uma coalizão com outros seis partidos. Essa aliança foi possível por um ano, até que o Partido Socialista do Japão passou à oposição e se uniu nas eleições de 1994 com o PLD, possibilitando a volta deste ao poder. Em 1996, o partido voltaria a ser eleito pela maioria e, com isso, colocaria Ryutaro Hashimoto (1996-1998) no cargo de primeiro-ministro. O tópico será abordado na primeira parte do capítulo 4.

<sup>36</sup> Em 2009, o Partido Democrata do Japão (PDJ), encabeçado por Ichiro Ozawa, vence Taro Aso, do PLD, dando uma nova oportunidade a um partido de oposição assumir o cargo de primeiro-ministro. Como Ozawa é investigado por suspeitas de desvio de dinheiro de campanha, acaba deixando o posto de presidente do PDJ, e o cargo acaba sendo ocupado por Yukio Hatoyama, neto de Ichiro Hatoyama (primeiro-ministro nos anos 50, tratado no capítulo 2) e que seria primeiro-ministro entre 2009 e 2010. O tópico será abordado ao longo do último capítulo.

<sup>37</sup> Esses políticos foram Masayoshi Ohira (1978-1980), Zenko Suzuki (1980-1982), Yasuhiro Nakasone (1982-1987) e Noboru Takeshita (1987-1989).

países na região para se associar política e economicamente. Isso fica perceptível ao se analisar a situação dos anos 70: o Japão dependia dos EUA para estabelecer uma balança comercial superavitária, mas dependia da abertura econômica até então existente para isso. Não por acaso, no mesmo período, os norte-americanos aumentaram as taxas e começaram a dificultar a importação de bens nipônicos, o que ajuda a explicar a variabilidade econômica defendida por Tanaka – e, como possível contrarresposta, a pressão decorrente do escândalo da Lockheed pode ter sido arquitetada como um meio de conter o expansionismo comercial japonês. Outro ponto positivo a ser destacado na diplomacia do governo Tanaka foi a posição acerca das disputas sobre a soberania das ilhas (chamadas de Diaoyu pelos chineses, e Senkaku pelos japoneses) na região: o assunto foi deixado em segundo nível, apesar da possível existência de petróleo no redor das ilhas. A manutenção de uma postura aberta a acordos possibilitou ao Japão se constituir em um Estado Normal à medida que se colocava disposto a discutir o tema das ilhas.

O governo Fukuda, por outro lado, adota uma postura distinta a partir do discurso realizado nos países da ASEAN, e sobre o qual viria a se constituir a doutrina. O perfil adotado pela política externa do Japão à época era marcado pela condução (UEHARA, 2003: 98) e intermediação de assuntos internacionais na região – algo observado com a própria visita de Fukuda à ASEAN, como forma de diminuir a tensão existente com esses países quando da visita de Tanaka, e do Tratado de Paz e Amizade assinado com a RPC. Dessa forma, o papel ativo do Japão, ainda que maior, permaneceria condizente com os interesses estadunidenses na região, assemelhando-se ao papel adotado por Yoshida entre os anos 40 e 50. Ainda assim, pode-se dizer que age diferente deste último ao buscar um complemento comercial nos países da ASEAN, de modo que o transbordamento tecnológico e econômico possibilita a eles ascender economicamente, ficando conhecidos como Tigres Asiáticos. Fukuda, assim, ainda coloca o Japão como Estado Cliente dos EUA, mas abrindo alternativas de associação política e econômica. Esse fator seria considerado posteriormente, na Crise Asiática de 1997, quando tal parceria se constitui como uma opção pra diminuir os efeitos negativos da crise econômica.

Pode-se dizer que o Japão conseguiu retirar lições dos governos de Tanaka e Fukuda. No âmbito interno, isso possibilitou o debate de diferentes projetos políticos, de modo que isso contribuiu para a constituição das facções que polarizavam o cenário político japonês até os anos 90. Além disso, suas heranças políticas influenciaram as concepções para a política externa até os dias de hoje. Do lado de Kakuei Tanaka, sua filha, Makiko, busca consolidar uma carreira nesse

segmento, enquanto Ozawa, afilhado político de Kakuei Tanaka, é o responsável por romper com diversos elementos até então existentes na política japonesa. Por outro lado, Takeo Fukuda influenciou seu filho mais velho, Yasuo, assim como seus assessores Junichiro Koizumi e Shinzo Abe – e os três vieram a se tornar primeiros-ministros.

## **4. A TERCEIRA DISPUTA DE PROJETO NACIONAL DO PÓS-II GM: JUNICHIRO KOIZUMI X YUKIO HATOYAMA**

### **4.1 A conjuntura dos anos 80 e 90**

A polaridade existente no PLD entre as facções de Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda influenciou a escolha dos primeiros-ministros japoneses mesmo após a saída de ambos da presidência do partido. Isso se deve à capacidade dos mesmos de articular alianças com os principais grupos de burocratas e empresários japoneses, que arrecadavam fundos de financiamento às campanhas e sustentavam as propostas relativas a temas como infraestrutura. Nesse sentido, a experiência de Tanaka no Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MITI), além das suas ações como empresário, eram um diferencial que auxiliava na eleição de seus indicados. Desta forma, desde o governo de Fukuda (encerrado em 1978) até 1987 – ano em que sofre um infarto e tem de se afastar da vida política –, Tanaka conseguiu indicar todos os primeiros-ministros do país, sendo eles Masayoshi Ohira (1978-1980), Zenko Suzuki (1980-1982), Yasuhiro Nakasone (1982-1987) e Noboru Takeshita (1987-1989). Como Tanaka não podia mais ocupar ministérios ou cargos oficiais de liderança dentro do partido, sua capacidade política de articulação ocorre nos “bastidores” da política japonesa, onde o mesmo conseguia articular a cooperação até mesmo com adversários de oposição, garantindo a ele o apelido de “shogun das sombras”<sup>38</sup>.

Dentro deste cenário, havia políticos que se destacavam dentro da facção de Tanaka. Os principais foram Ichiro Ozawa, Shin Kanemaru e o já mencionado Takeshita, todos ingressando em 1972, na época em que Tanaka elegia-se. A partir da saída de Tanaka e do escândalo da Lockheed, inicia-se um movimento para escolher um novo primeiro-ministro baseando-se na convenção informal, existente na política japonesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial, de uma sucessão de poder com o fim do mandato anterior. Porém, como Tanaka estava disposto a retomar o cargo futuramente, isso começou a criar um perfil conflitante entre ele e Takeshita, que buscava se colocar como seu sucessor, contando com o apoio de Kanemaru (SCHLESINGER, 1999: 180, 181). Com o tempo, as promessas políticas feitas por Tanaka para seus aliados já não eram mais cumpridas, o que facilitou a troca de alianças e favoreceu a relação entre Takeshita e

---

<sup>38</sup> O termo faz referência aos shoguns, responsáveis pelo comando do Japão até a Restauração Meiji, no século XIX.

Kanemaru, que ainda contou com o apoio de Ozawa – até então considerado afilhado político de Tanaka.

Em fevereiro de 1985, numa ação que contou com o apoio de Tanaka e com a adesão de diversos aliados, Ozawa, Kanemaru e Takeshita constituíram um grupo de estudos dentro do PLD, o Soseikai<sup>39</sup>. No mesmo mês, com o infarto<sup>40</sup> sofrido por Tanaka e suas sequelas, os três políticos criam uma nova facção, a Keiseikai. Nela, a escolha dos que governariam seria resultado da indicação do triunvirato que liderava o partido. Em 1987, Takeshita assume o cargo de primeiro-ministro. Seu governo seguiria os princípios e a estrutura política provindos de Tanaka, mas foi interrompido com o escândalo da Recruit<sup>41</sup> em 1989. Os primeiros-ministros Toshiki Kaifu (1989-1991) e Kiichi Miyazawa (1991-1993) foram indicados por Ozawa, Kanemaru e Takeshita.

Contudo, a partir dos anos 90, diversas contradições começaram a emergir dentro do trio. Ozawa, neste sentido, passa a defender reformas políticas e uma postura mais ativa na política externa, como no caso da Guerra do Golfo, em 1991.<sup>42</sup> As denúncias de corrupção que envolveram Kanemaru fizeram com que este último saísse da Dieta no ano seguinte. A partir daí, os conflitos internos ao Keiseikai tornaram-se cada vez mais evidentes, especialmente entre Ozawa (que se via como o postulante ao cargo de primeiro-ministro) e Takeshita (que buscava manter-se influente nos bastidores da política japonesa). Ozawa é derrotado na disputa pelo controle da facção, mas vale-se da dificuldade de manter os esquemas de doações de campanhas, devido ao aumento da dívida pública e da bolha econômica<sup>43</sup>, para se portar como um candidato reformista. Isso é feito, primeiramente, com a criação de uma nova facção dentro do PLD. Posteriormente, ocorre fora do partido, quando se cria o Partido da Renovação do Japão. Este,

---

<sup>39</sup> Em uma tradução livre, Círculo de Políticas Criativas.

<sup>40</sup> O infarto fez com que Tanaka deixasse até mesmo de participar ativamente nas combinações e acordos políticos do período. Com isso, Takeshita, que já articulava sua facção, aproveita a oportunidade para oficializar sua saída, e, de certo modo, coloca-se como o sucessor do modelo político de Tanaka.

<sup>41</sup> Incidente onde a empresa Recruit vendeu uma parcela das ações de uma de suas subsidiárias, a Cosmos, a políticos antes que suas ações fossem disponibilizadas publicamente, supervalorizando-as e dando lucros equivalentes a 60 milhões de ienes. Entre os envolvidos, estavam Takeshita, assim como o ex-primeiro-ministro Nakasone e os futuros primeiros-ministros Kiichi Miyazawa (1991-1993) e Keizo Obuchi (1998-2000). (FONTE?)

<sup>42</sup> A ajuda japonesa se deu através de US\$ 13 bilhões, destinados aos custos da guerra por parte dos Estados Unidos.

<sup>43</sup> Foi resultado indesejado do Acordo de Plaza (1985), que buscava a valorização do iene perante o dólar para estimular o consumo estadunidense; na prática, houve o aumento de investimentos japoneses nos EUA, levando a uma crise imobiliária que trouxe prejuízo aos investidores no Japão e resultou no Acordo do Louvre (1987), que reverteu a política monetária empregada dois anos antes.

passaria a ter o apoio de diversos políticos e se beneficiaria do caixa acumulado da facção, quando ainda era do PLD. Utilizando sua capacidade de articulação política, Ozawa consegue formar uma aliança entre oito diferentes partidos, de modo a obter a maioria na Câmara dos Representantes (a Câmara Baixa) e, com isso, indicar Morihiro Hosokawa (1993-1994) para o cargo de primeiro-ministro.

Apesar da coalizão no tema da reforma política, a falta de consenso relativa a outros temas – em particular as propostas diplomáticas e econômicas de Ozawa – foi gradualmente minando a liderança de Hosokawa (SCHLESINGER, 1999: 274). Além disso, seu suposto envolvimento no mesmo escândalo que derrubou Kanemaru fez com que deixasse o governo em 1994. Seu sucessor, Tsutomu Hata (1994), não conseguiu lidar com a pressão advinda do PLD, que, ao compor uma aliança histórica com o Partido Socialista do Japão, derrubou o gabinete de Ozawa, colocando o socialista Tomiichi Murayama (1994-1996) no poder. Este arranjo, na prática, deixava o comando a cargo da facção de Takeshita no PLD. Neste cenário, o partido volta a ocupar o cargo de primeiro-ministro na eleição seguinte, com Ryutaro Hashimoto (1996-1998).

O governo Hashimoto ficou marcado por dois elementos relacionados à política externa. O primeiro deles foi o debate acerca da realocação da base militar estadunidense de Futenma, localizada na ilha de Okinawa. Mesmo havendo um acordo entre os Estados Unidos e Japão para a mudança, a dificuldade em escolher um local dentro ou fora de Okinawa, bem como os protestos populares, acabaram criando uma indefinição sobre o tema, a qual persiste atualmente. O segundo elemento é a Crise Asiática de 1997, que decorre, entre outros fatores, da especulação financeira em mercados que contavam com moedas cada vez mais desvalorizadas em relação ao dólar. Como os mercados da região estavam em processo cada vez mais intenso de integração financeira, a crise assume grandes proporções (MENEGAZ, 2012: 23-24). Neste sentido, os países do Leste Asiático começam a formar iniciativas multilaterais visando sua recuperação econômica. Os principais resultados são a criação do fórum ASEAN + 3 (China, Coreia do Sul e Japão) e a criação das Cúpulas do Leste Asiático<sup>44</sup>, reunindo os Chefes de Estado. O objetivo era criar, futuramente, uma comunidade que compreendesse questões políticas e econômicas nas relações entre esses países: a Comunidade do Leste Asiático.

---

<sup>44</sup> Os países que atualmente compõem a Cúpula do Leste Asiático são Austrália, Brunei, Camboja, China, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Myanmar, Nova Zelândia, Rússia, Tailândia e Vietnã.

Com o objetivo de retomar o desenvolvimento do Japão, Hashimoto aplica reformas econômicas (privatizações) e políticas (reforma eleitoral). Com isso, buscava-se o retorno do crescimento econômico e maior autonomia dos políticos sobre os demais setores do triângulo de ferro. Keizo Obuchi (1998-2000) e Yoshiro Mori (2000-2001) prosseguem com as reformas de Hashimoto até a eleição de Junichiro Koizumi, em 2001.

#### **4.2 O governo Koizumi (2001-2005)**

A carreira política de Junichiro Koizumi inicia-se em 1972 com seu primeiro mandato na Câmara dos Representantes, eleito pelo PLD. Durante o mandato de Takeo Fukuda (1976-1978), Koizumi atua como um de seus assessores. No governo Takeshita, foi Ministro da Saúde e do Bem-Estar; e no governo Miyazawa, ocupa o Ministério do Serviço Postal e de Telecomunicações, voltando ao ministério anterior no governo Hashimoto. Koizumi consegue se eleger como primeiro-ministro ao conquistar apoio popular, derrotando Hashimoto nas eleições primárias dentro do partido. Esse apoio popular decorre muito das suas propostas reformistas, que foram vistas dentro do PLD como uma forma de conter o avanço do PDJ<sup>45</sup> na política japonesa. Contudo, gradualmente as reformas de Koizumi começaram a incomodar também setores de sua base aliada (SOGARI, 2012 :11).

A primeira das reformas de Koizumi tinha ligação direta com a Política Externa e de Segurança do Japão. Aproveitando-se da Guerra ao Terror encabeçada pelos Estados Unidos, o Japão reforça a aliança nipo-americana com o envio de tropas para o Iraque, em 2003. O apoio na Guerra do Iraque se dá mediante uma reinterpretação do Artigo 9º da Constituição. Isto, naquele momento foi utilizado também como pretexto para que fosse permitido ao país realizar ataques preemptivos contra a Coreia do Norte, que, na época, aumentava suas atividades militares e recém havia sido adicionada a chamada lista do “Eixo do Mal”, dos Estados adversários às políticas de Washington. A postura de Koizumi está diretamente relacionada com a sua filiação ao grupo Nippon Kaigi<sup>46</sup>, de caráter revisionista. Além do elemento militar, as visitas ao

---

<sup>45</sup> Partido Democrático do Japão. É formado pela união de cinco partidos que se opunham ao PLD em 1998, entre eles o Partido Liberal criado por Ichiro Ozawa. Essa fusão, ocorrida em 2003, gradualmente aumenta o poder do partido, que se consolida como a oposição. Ao assumir a presidência do partido em 2007, Ozawa começa a arquitetar a projeção do partido como majoritário nas eleições de 2009, conquistando a vitória através de uma coalizão com o Partido Socialista do Japão.

<sup>46</sup> De caráter nacionalista, o grupo busca retomar ideias existentes durante o período militar do Japão, através de diversas medidas revisionistas. Entre elas, podem ser citadas a negação de crimes de guerra em livros de história para estudantes, a já mencionada reinterpretação do Artigo 9º da Constituição (a fim de possuir forças armadas

Santuário Yasukuni e uma postura mais ofensiva em relação à Coreia do Norte gradualmente minaram as relações diplomáticas com a China e a Coreia do Sul, chegando ao ponto de serem suspensos os encontros de cúpula entre esses países<sup>47</sup>. Com essa postura, Koizumi esperava colocar o Japão em um nível de relevância global ao aliar-se com os Estados Unidos de forma assertiva. Também enquadrava-se na estratégia japonesa de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; o que, contudo, ainda não ocorreu.

Para que fosse possível a realização dessas ações no âmbito externo era necessário redefinir a estrutura política interna, garantindo para os políticos o controle das ações dentro do triângulo de ferro japonês. Assim, Koizumi desfaz esse sistema, retirando privilégios de setores empresariais e burocráticos e aplicando reformas neoliberais como resposta à globalização e aos problemas dos anos 90. Apesar de não liderar a facção e não contar com um grupo de oposição forte dentro do próprio partido, suas propostas de mudanças encontravam resistência dentro do próprio partido, justamente pela forma com que destruíam o sistema consolidado anteriormente.

A evidência dessa resistência pode ser vista no caso da privatização dos correios no Japão, em 2005. Em vez de escolher previamente a empresa que assumiria o controle, Koizumi advoga a realização de uma licitação aberta, medida que encontra resistência dentro do próprio PLD. Neste cenário de contestação, Koizumi aposta na sua popularidade e dissolve a Câmara Baixa, convocando novas eleições para obter uma maioria parlamentar que estivesse de acordo com a medida, que serviria de exemplo para outras empresas e setores. A aposta dá certo e o PLD aumenta o número de cadeiras no parlamento, além de fortalecer sua aliança política junto ao Partido Novo Komeito<sup>48</sup>, elevando o número de cadeiras ocupadas pela coalizão a 2/3 do total de vagas na Câmara Baixa, percentual requisitado para a aprovação de legislações e reformas. A privatização do serviço postal japonês seria consolidada em 2007. Uma vez aprovadas suas reformas e havendo cumprido o período de cinco anos como primeiro-ministro, Koizumi deixa o cargo, indicando Shinzo Abe como seu sucessor. O primeiro gabinete de Abe (2006-2007) busca a

---

soberanas) e a defesa dos criminosos de guerra condenados - em particular os da classe A, que foram condenados por articular o golpe militar da década de 1930 e cujas cinzas estão em sua maioria no Santuário Yasukuni. A partir disso, o grupo apoia a visita a esse local como forma de honrar esses antepassados. Além de Koizumi, Shinzo Abe (2006-2007, retomando o cargo em 2012) e Taro Aso (2008-2009) são as principais figuras políticas do grupo.

<sup>47</sup> Nas relações entre o Japão e Rússia, China e Coreia do Sul, os principais temas levantados por Koizumi eram relativos a questões territoriais, um tema sensível ainda hoje no relacionamento dos japoneses com seus vizinhos.

<sup>48</sup> Partido de orientação budista e de centro-direita, constituiu-se como principal aliado do PLD desde 1999, apesar de defender uma constituição pacifista sem referências a guerras.

reaproximação gradual com a China. Nesse período, já é possível observar posições distintas dos projetos japoneses e chineses para a região asiática. Enquanto o governo de Hu Jintao (2002-2012) buscava um regionalismo sem a presença de potências ocidentais, o projeto japonês possuía um viés globalista, buscando aproximar os Estados Unidos e a OTAN destas relações. Em meio a baixa popularidade e declarados problemas de saúde, Abe deixa o cargo.

Seu sucessor, Yasuo Fukuda (2007-2008), buscava frear as reformas iniciadas por Koizumi para reerguer o país no âmbito econômico. Porém, o PLD sofre uma importante derrota na Câmara dos Conselheiros<sup>49</sup> (Câmara Alta), que passa a contar com maioria do PDJ. Isso cria dificuldades ao governo e dissemina a imagem de Fukuda como um político fraco, que dependia de concessões da oposição para governar<sup>50</sup> (SOGARI, 2012: 24). Apesar das dificuldades, seu governo consegue melhorar o quadro diplomático do Japão com os vizinhos. Em meio à crise do subprime<sup>51</sup> iniciada nos Estados Unidos, Fukuda deixa o cargo.

Taro Aso (2008-2009), também filiado ao grupo nacionalista Nippon Kaigi, assume durante a crise do subprime. Apesar da discordância entre o PLD e o PDJ em diversos assuntos, havia consenso sobre a necessidade de aprovar-se um novo orçamento fiscal para diminuir as taxas de desemprego e reverter o quadro econômico negativo. Como parte dessa estratégia, intensificam-se, no plano externo, as relações com China e Coreia do Sul, resultando na primeira Cúpula Trilateral, ainda em 2008. Entretanto, as derrotas do PLD nas eleições distritais e a ausência de uma figura políticapaz de amalgamar o governo forçaram Aso a convocar novas eleições. Nesse cenário eleitoral, o esforço político do PDJ de buscar apoio nas classes rurais e de se colocar para o eleitorado como uma nova alternativa levaram à vitória do partido, sendo a primeira vez desde o pós-Segunda Guerra Mundial em que um partido de oposição vence as eleições. Porém, investigações de fraude eleitoral fizeram com que Ichiro Ozawa abdicasse dessa posição, passando o cargo a Yukio Hatoyama.

### **4.3 O governo de Yukio Hatoyama (2009-2010)**

---

<sup>49</sup> Possui no Senado seu equivalente político no Brasil.

<sup>50</sup> A legislação japonesa define que, no caso de desacordo entre a Câmara Baixa e a Câmara Alta do Parlamento, prevalece a decisão da primeira. Porém, isso acaba sendo um indicativo da dificuldade de governar por parte do partido que se encontra no poder.

<sup>51</sup> Resultado de inadimplência de hipotecas no mercado imobiliário norte-americano, onde a ausência de crédito acaba resultando em consequências mundiais. No caso japonês, o resultado disso foi uma profunda recessão econômica (DALCIN, 2011).

Influenciado pelo histórico político da família,<sup>52</sup> Hatoyama inicia sua carreira política em 1986 pelo PLD, saindo do partido no período da formação do gabinete anti-PLD. Motivados pela conjuntura política do período, os irmãos Hatoyama participam da criação do PDJ, junto com Naoto Kan (que tornar-se-ia primeiro-ministro com a saída de Yukio do poder, em 2010). Ozawa entraria no PDJ em 2002, começando a se consolidar como um dos líderes do novo partido. A vitória de 2009 ocorre em uma eleição que representou o apoio da população japonesa ao PDJ como uma alternativa de solução aos problemas enfrentados no período. A prova disso é a quantidade de assentos obtidos pelo partido: 308 de um total de 480 na Câmara Baixa, fechando os  $\frac{2}{3}$  necessários para aprovação em coalizão com outros partidos menores, entre eles o Partido Socialista. A popularidade de Hatoyama, que alcança o mesmo nível da de Koizumi na eleição de 2005, com uma taxa de 70% de aprovação (SOGARI, 2012: 27).

As primeiras medidas do governo estavam ligadas aos princípios defendidos por Ichiro Hatoyama nos anos 50, quando é constituída a associação da “fraternidade”<sup>53</sup> (*yuai*, em japonês). O plano de Yukio Hatoyama para a política interna envolvia projetos governamentais de auxílio à saúde e à educação, utilizando uma política fiscal expansionista para incentivar o consumo. Objetiva-se, com isso, garantir o reaquecimento da economia japonesa através do aumento da demanda por produtos, especialmente manufaturados. Outro efeito esperado era a redução do índice de desemprego, permitindo a recuperação das taxas anteriores à crise econômica de 2008. Com a maioria parlamentar nas duas casas, havia a expectativa de tais políticas vencerem a resistência vinda dos burocratas.

A política externa do Japão buscava modificar sua inclinação, passando da relação prioritária com os Estados Unidos para uma melhora das relações com a China e a Coreia do Sul, na defesa da ideia da Comunidade do Leste Asiático. De modo concreto, sua pauta se constituía em um banco de fomento para a Ásia<sup>54</sup> e uma moeda comum, defendida através da Cúpula Trilateral. Além disso, as disputas territoriais foram deixadas em segundo plano, de modo a não

---

<sup>52</sup> Além de Ichiro Hatoyama (avô de Yukio), que foi primeiro-ministro entre 1954 e 1956, Ichiro Hatoyama (pai de Yukio, consolidou sua carreira no Ministério das Finanças e foi Ministro de Relações Exteriores no governo Fukuda, entre 1976 e 1977) e Kunio Hatoyama (irmão de Yukio, iniciando sua carreira como membro da Câmara Baixa em 1976) se destacaram na carreira política. Kunio retornaria ao PLD após desavenças políticas com Yukio.

<sup>53</sup> Esse princípio englobaria liberdade e igualdade, de modo que sua realização só poderia ser feita em meios democráticos. Ao redefinir a relação do Estado com a sociedade, passaria a conceber uma estrutura supranacional (MAGNO, 2010).

<sup>54</sup> O primeiro passo para isso foi dado na Iniciativa de Chiang Mai (2010), onde os três países acordaram em investir um total de US\$ 120 bilhões num fundo de conversão de moedas. Em 2012, o valor foi ampliado para US\$ 240 bilhões.

prejudicar o andamento dessas conversas. Essa aproximação também tem importância no âmbito comercial, à medida que China (1º) e Coreia do Sul (3º) constituem os principais mercados de exportações japonesas no Leste Asiático<sup>55</sup> (JETRO, 2009; JETRO, 2010).

Além disso, questões ligadas ao Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA e as bases instaladas em Okinawa voltaram à agenda. Os protestos da população da região de Okinawa, que sempre persistiram ao longo dos anos, receberam uma resposta com a proposta de Hatoyama de desativar permanentemente as bases lá existentes. Porém, os Estados Unidos recusam-se a deixar as bases na região. Este fator contribui para a saída de Hatoyama em 2010.

Além da questão de Okinawa, contribuíram para a queda de Hatoyama disputas internas com Ozawa. Após o envolvimento de Ozawa com supostos desvios de recursos financeiros da campanha eleitoral, Hatoyama, ao assumir a presidência do PDJ e o cargo de primeiro-ministro se volta contra seu antigo aliado. Como forma de retaliação, Ozawa faz uso de sua boa relação com diversos membros da Câmara dos Representantes para impedir que as reformas de Hatoyama sejam aprovadas, fazendo com que o processo decisório volte a ficar paralisado. Soma-se a isso a falta de identidade definida do PDJ, o que dificulta a construção de projetos políticos e econômicos dentro do partido.

As duas derrotas sofridas por Hatoyama tornam insustentável sua manutenção como primeiro-ministro, fazendo com que ele deixe o cargo em 2010. Seu sucessor é seu Ministro das Finanças, Naoto Kan. O novo governo inicia em um cenário de crise, enfrentando novos problemas como o desastre natural que atingiu o Japão em 2011 e a retomada das tensões com a China a respeito de questões territoriais em torno das ilhas Diaoyu/Senkaku.

#### **4.4 A oposição entre o globalismo de Koizumi e o regionalismo de Hatoyama**

Como procurou-se demonstrar durante o texto, Koizumi e Hatoyama possuem diferenças acentuadas em suas propostas de política interna e externa. Possivelmente, estes dois atores da política japonesa podem ser a representação mais clara da díade proposta neste trabalho, entre os períodos temporais cobertos por este trabalho.

Esta distinção é resultado de uma conjuntura política interna inexistente nos períodos anteriores, qual seja: (i) a existência de um partido que se consolida como oposição ao PLD; (ii) o enfraquecimento do triângulo de ferro; e (iii) a concentração do processo decisório na figura do

---

<sup>55</sup>

O segundo destino das exportações japonesas são os Estados Unidos (JETRO, 2009; JETRO, 2010).

primeiro-ministro. Nos casos anteriores, a conjuntura política era fortemente marcada pela coalizão entre a burocracia e o empresariado. No que concerne à política externa, a conjuntura também é distinta das demais. O fim da Guerra Fria trouxe novos desafios para o Japão, tanto em âmbito regional, como na sua inserção internacional. Neste sentido, o país precisava, ao mesmo tempo, re-estruturar suas relações com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o fim da política de contenção à União Soviética deixava de justificar a manutenção das bases norte-americanas no país. A adaptação da diplomacia japonesa foi demorada e muitas reformas foram necessárias (UEHARA, 2003: 242).

O aprofundamento do processo de modernização militar e o contínuo crescimento econômico chinês passam a ser o esteio das preocupações securitárias japonesas. Neste cenário, a diáde passou a orbitar em torno de posições que ora buscam a melhoria das relações do Japão com seus vizinhos, sobretudo China e Coreia do Sul, e ora são pautadas pela desconfiança e mesmo oposição na política com estes países. Mais recentemente, esta dinâmica pode ser visualizada nas questões ligadas à tentativa de estabelecimento de uma Comunidade do Leste Asiático, por um lado, e na disputa em torno das ilhas Diaoyu/Senkaku com a China e Dokdo/Takeshima com a Coreia do Sul. Estas questões estão diretamente ligadas a qual modelo de governança sobressairá no leste asiático, afetando questões como a exploração de reservas de gás e petróleo no Mar do Leste, a participação do Japão no projeto do Escudo Antimíssil norte-americano, e do próprio sentido do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos entre estes países

Neste sentido, o primeiro ponto de contraste entre Koizumi e Hatoyama é observado na postura das relações com a China. Conforme se constituía como o principal parceiro comercial do Japão, a manutenção de relações amistosas era fundamental para garantir as trocas comerciais.<sup>56</sup> A postura nacionalista de Koizumi, ao negar incidentes da Segunda Guerra Mundial como o abuso sexual de mulheres durante a ocupação japonesa da China e devido às visitas ao Santuário Yasukuni, acaba por tensionar a crescente cooperação bilateral entre os dois países. Por outro lado, Hatoyama reconhece a necessidade de manter e aprofundar as relações com o principal vizinho japonês, e coloca na aproximação com a China o elemento fundamental de sua política

---

<sup>56</sup> A prova disso é observada em 2012, após a intenção manifestada pelo governador de Tóquio, Shintaro Ishihara, de adquirir as ilhas do seu proprietário. Após o primeiro-ministro Yoshihiko Noda manifestar a soberania do Japão em relação à ilha, violentos protestos xenófobos ocorreram nos dois países, o que levou à saída de diversas companhias japonesas da China após danos a seus patrimônios resultantes das manifestações (INTERNATIONAL BUSINESS TIMES, 2012).

externa. Relações sino-japonesas mais estreitas poderiam ensejar, futuramente, até mesmo a criação de um novo Estado-Região<sup>57</sup>, podendo ser consolidado através da própria Comunidade do Leste Asiático.

O segundo ponto de contraste está na relação entre Japão e Estados Unidos. Ainda que se tenha que considerar as mudanças na conjuntura internacional resultantes do auge da Guerra ao Terror empregada pelos EUA, os dois políticos constituem claras diferenças de alinhamento. O governo Koizumi viu na aliança com os norte-americanos a possibilidade de expandir a linha de atuação das Forças de Autodefesa do Japão, usando o pretexto dos conflitos no Oriente Médio para expandir os gastos militares e enviar tropas, possivelmente tendo como objetivo último a mudança do status para Forças Armadas. Porém, essa medida é fortemente criticada por China e Coreia do Sul, aumentando as tensões na região.

Hatoyama, por outro lado, vê a estabilização das relações com os vizinhos como pré-requisito da segurança nacional japonesa<sup>58</sup>, além dos condicionantes econômicos e sociais. Nesse sentido, o deslocamento das relações com os Estados Unidos pode ter como consequência similar o ocorrido no governo de Kakuei Tanaka. O diferencial entre os anos 1970 e os anos 2000 é quanto à queda do gabinete: no primeiro período, a causa foi mais econômica; enquanto no segundo, a razão assume caráter político. A ausência dos EUA nos principais fóruns multilaterais onde Hatoyama promovia as medidas de cooperação (ASEAN + 3 e as Cúpulas Trilaterais), somada à discussão sobre a mudança da base militar de Futenma, tensionaram parcialmente as relações EUA-Japão. Como os norte-americanos negaram-se a deixar a base de Futenma, o fato marcou a principal derrota de Hatoyama quanto à sua política externa.

---

<sup>57</sup> Segundo Edward Carr, seria o pertencimento natural a uma região, conforme as questões de segurança e bem-estar econômico, não sendo pautada por uma visão de ditadura mundial (CARR, 1945: 39, 44). Essa visão consegue se relacionar com o princípio da fraternidade de Hatoyama, numa ideia de “comunidade asiática supranacional”.

<sup>58</sup> É possível interpretar que Hatoyama via a normalização das relações entre Japão e China como anterior e necessária para as mudanças em relação ao status das Forças de Autodefesa e as leis que regem seu funcionamento.

## 6. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou, em um esforço preliminar, analisar a política interna do Japão como forma de identificar elementos para a construção de uma tipologia para o estudo de sua Política Externa e de Segurança (PES). Essa tipologia foi estabelecida ao longo do trabalho através da análise comparada dos governos dos primeiros-ministros entre os anos 1950, 1970 e 2000. Em resumo, procurou-se estabelecer díades, que se constituem de características divergentes nos níveis horizontais e verticais: no primeiro, os elementos específicos daquele período; no segundo, os elementos que se encontram presentes, de algum modo, em todos os períodos analisados.

No primeiro lado da díade, ou seja, o da priorização das relações com a República Popular da China, Rússia e Coreia do Sul, observa-se o posicionamento do Japão como uma nação que busca intensificar sua associação com os países do leste asiático para consolidar sua soberania plena e resgatar seu status como um Estado Normal. Em síntese, passaria pela melhoria das relações sobretudo com a China a melhor possibilidade do país exercer autonomia diplomática, política e econômica sem depender da influência direta de outro país extrarregional – neste caso, os EUA. Isso se reflete através de parcerias econômicas, governança dos focos potenciais de crise e do grau de importância dado às reuniões de cúpula entre os líderes políticos destes países.

Do outro lado da díade, o posicionamento do Japão acaba sendo influenciado pela sua relação com os Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial (IIGM), condicionada sobretudo pelo Acordo de São Francisco de 1951 e do Acordo de Segurança Mútuo Japão-EUA. Neste sentido, o Japão acaba condicionando suas principais ações políticas, econômicas e diplomáticas à tentativa de manter-se como gendarme dos interesses norte-americanos no leste asiático.

Dessa forma, demonstrou-se, ao longo do trabalho, que esta díade principal pode ser verificada nos elementos que permeiam as particularidades de cada díade temporal analisada e nos principais debates de política interna e externa japonesa do período compreendido pela pesquisa. No primeiro período (anos 50), essa confrontação de ideias está relacionada à questão do perfil das Forças de Autodefesa e da postura diplomática do Japão, entre forças e diplomacia autônomas, priorizando a retomada de relações e a soberania nacional (Ichiro Hatoyama), e um perfil defensivo e uma diplomacia minimalista (Yoshida). O segundo período (anos 70) pode ser

sintetizado entre a busca por uma liderança política e econômica na Ásia através da autonomia e do restabelecimento das relações com a China comunista (Tanaka), e um Japão como intermediador das relações diplomáticas e econômicas na região, sem buscar se colocar como uma alternativa aos EUA (Fukuda). Por fim, o terceiro período (anos 2000) opõe a diplomacia baseada na fraternidade e do fortalecimento de laços econômicos como salvaguarda para a resolução de crises (Yukio Hatoyama) a uma diplomacia nacionalista e de expansão militarista (Koizumi).

Considerando as díades, torna-se possível responder as perguntas norteadoras da pesquisa, propostas na introdução deste trabalho. A primeira pergunta refere-se aos modelos de inserção regional do Japão, para a qual pode-se afirmar que a relação do Japão com China e Estados Unidos permeia as tentativas de inserção regional japonesas, confirmando a primeira hipótese. As outras duas perguntas, acerca de quais seriam os expoentes da Política Externa e de Segurança do Japão e no que consistem as diferentes visões japonesas de integração regional, também foram verificadas. Neste sentido, ainda que existam outros primeiros-ministros que tenham se destacado na política japonesa (por exemplo, Hayato Ikeda, Eisaku Sato e Ryutaro Hashimoto), os seis que tiveram seus mandatos estudados neste trabalho demonstraram mais precisamente a díade existente entre as relações com a China para a constituição de um Estado Normal e a manutenção dos acordos securitários com os Estados Unidos como pré-condição de projeção global, muitas vezes se portando como um defensor das políticas estadunidenses.

A análise aqui efetuada prova-se relevante para a atual Política Externa e de Segurança japonesa, em particular no período que sucede o governo de Yukio Hatoyama. Nesse sentido, as propostas aqui apresentadas adquirem uma possibilidade de continuidade do objeto de pesquisa, podendo as tipologias aqui estabelecidas serem aplicadas para o estudo dos governos pós-Hatoyama.

A saída de Yukio Hatoyama e a ascensão de Naoto Kan marcou uma etapa breve de nova transição na política japonesa. A continuidade da estagnação econômica, intensificada com os prejuízos causados pelo desastre natural da crise energética pós-Crise de Fukushima, possibilita a conjuntura que resulta na volta do PLD ao poder no fim de 2012.

Naoto Kan (2010-2011), tem de administrar uma piora das relações diplomáticas com a China, resultantes de um incidente marítimo próximo às ilhas cuja soberania é disputada pelos países. Somada ao desastre natural que atinge o país e o dilema da energia nuclear, Kan entrega o

governo, quando Yoshihiko Noda (2011-2012) assume. Nesse período, o governador de Tóquio, Shintaro Ishihara, manifesta interesse na aquisição de três das ilhas disputadas (MCCURRY, 2012), que são efetivamente compradas pelo governo japonês em setembro de 2012 (NODA..., 2012). A deterioração das relações com a China é aumentada por protestos xenófobos nos dois países, levando à queda no comércio bilateral. As reformas fiscais de Noda não têm sucesso e resultam em uma nova eleição ministerial, da qual o PLD sai vencedor, com Shinzo Abe retomando o cargo de primeiro-ministro no fim de 2012.

Neste sentido, a diáde verificada na política japonesa mantém-se, com o pêndulo retornando para as relações privilegiadas com os Estados Unidos e para o aumento das tensões com os países vizinhos. O governo Abe lança estímulos econômicos – as *Abenomics* – numa tentativa de retomar o crescimento econômico no país, mas que não registra resultados significativos até o momento. Contudo, o principal foco desse governo encontra-se na política externa, buscando estreitar relações com Austrália e Índia em detrimento de China e Coreia do Sul, fazendo com que as disputas territoriais sejam intensificadas. Parte disso é resultado de eleição de governos nacionalistas nesses dois países, nas figuras de Xi Jinping e Park Geun-hye. Além disso, a reorientação da política externa americana (o chamado “Pivô para a Ásia”) e a reafirmação da segurança mútua nipo-americana aumentam o clima de insegurança no Leste Asiático.

A discussão sobre o papel das Forças Armadas é necessária para compreender os dilemas do Estado japonês na atualidade. Pressupondo que a normalização das relações do Japão com seus vizinhos mais próximos é pré-requisito para a constituição de um Estado Normal, isso só seria possível em um ambiente onde o país tenha maior liberdade para organizar acordos no nível bilateral e também regional, o que é restringido atualmente por conta da influência norteamericana sobre a política japonesa. Por isso, infere-se que a relação nipo-americana coloca o Japão como um Estado Cliente dos Estados Unidos no Leste Asiático, tornando inviáveis projetos integracionistas ou acordos multilaterais com antigos adversários (China, Coreia do Sul e Rússia).

A ideia de Abe de promover a remilitarização do Japão já não conta mais com o guarda-chuva fornecido pela Guerra ao Terror durante o governo de Koizumi, expondo publicamente o fortalecimento do papel dos militares e das reformas constitucionais, impossibilitando a constituição do Japão como Estado Normal, o rearmamento pacífico e dificultando a situação

norte-americana na relação securitária. A partir disso, estão fornecidos os elementos que promovem novas revoltas populares na China e, em maio de 2015, a divulgação de novas diretrizes militares chinesas.

Esse livro branco nacional mostra uma modificação doutrinária da abordagem chinesa, até então declaradamente defensiva. Com isto, a China faz parte de um cenário onde pode ser legítima uma ação militar na primeira cadeia de ilhas e preservando a capacidade de segundo ataque contra os EUA no nível continental, desde que resultando da demonstração de apoio popular. Caso contrário, a ocupação americana de Okinawa esvazia a constituição de uma lei moral para o ataque chinês. A partir disso, mantido o cenário atual, há a possibilidade de se iniciar um novo conflito armado na Ásia. Isso só pode ser evitado ou revertido a partir de novas estruturas de integração regional encabeçadas pela China e pelo Japão, uma vez que a estrutura da Comunidade do Leste Asiático deixa de existir.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

BUCKLEY, Chris; KUBOTA, Yoko. Japan refuses China demand for apology in boat row. **Reuters**. Publicado em 25 de setembro de 2010. Disponível em: < <http://uk.reuters.com/article/2010/09/25/uk-japan-china-idUKTRE68N09H20100925> >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

CARR, Edward Hallett. **Nationalism and After**. Londres: Macmillan & Co. Ltd, 1945.

CHIARELLI, João Rodrigues et al. **O Processo de Integração no Leste Asiático e o Papel das Políticas Internas, Externas e de Segurança de China, Coreia do Sul e Japão**. Artigo apresentado no 5º Seminário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

CHIARELLI, João Rodrigues. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: mecanismos de integração regional**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Sociais. UFRGS, Porto Alegre. 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18433/000728828.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 06 de junho de 2015.

DALCIN, Aline Krüger. **Crise financeira internacional: origens, desdobramentos e reflexões acerca da reestruturação do sistema monetário internacional**. Pôster apresentado no XXIII Salão de Iniciação Científica. 23ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: < [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/48762/Poster\\_9991.pdf?sequence=2](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/48762/Poster_9991.pdf?sequence=2) >. Acesso em: 16 de junho de 2015.

FREITAS, Filipe da Cunha de. **A Bolha Especulativa Japonesa: concepções teóricas, perspectiva histórica e a crise financeira.** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25356/000738212.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 08 de junho de 2015.

ITOH, Mayumi. **The Hatoyama Dynasty: Japanese political leadership through the generations.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

JAPAN's, most nationalism govt since WWII reinterprets pacifist constitution. **Russia Today.** Publicado em 28 de abril de 2015. Disponível em: < <http://rt.com/op-edge/253701-us-japan-abe-visit-militray/> >. Acesso em: 29 de maio de 2015.

JAPÃO. **The Constitution of Japan.** Tóquio, 1947. Disponível em: < [http://japan.kantei.go.jp/constitution\\_and\\_government\\_of\\_japan/constitution\\_e.html](http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html) >. Acesso em: 26 de maio de 2015.

JAPÃO; CHINA, República Popular da. **Joint Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China.** Pequim, 1972. Disponível em: < <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html> >. Acesso em: 09 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Treaty of Peace and Friendship between Japan and the People's Republic of China.** Pequim, 12 ago. 1978. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

JETRO. **Japan's International Trade in Goods: 2009.** Disponível em: < <http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/> >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Japan's International Trade in Goods: 2010.** Disponível em: < <http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/> >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: The Costs and Consequences of American Empire**. Nova Iorque: Holt Paperbacks, 2004.

LEMOS, Julia Villas Boas. **Milagres Econômicos: uma comparação entre Japão e China**. Trabalho de Conclusão de Curso em Economia pela PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia\\_Julia\\_Lemos\\_0812469.pdf](http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia_Julia_Lemos_0812469.pdf) >. Acesso em: 06 de junho de 2015.

MAGNO, Bruno. **A integração regional sob a perspectiva do Japão: o legado Hatoyama**. Pôster apresentado no XXII Salão de Iniciação Científica. 22ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: [https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/45199/Poster\\_7590.pdf?sequence=2](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/45199/Poster_7590.pdf?sequence=2) >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

MAGNO, Bruno; BUENO, Eduardo Urbanski; CHIARELLI, João Rodrigues. **O Legado Hatoyama**. Trabalho apresentado no seminário “VI Encontro com o Japão: as imigrações, influências culturais e políticas internacionais”, na UFRGS. Porto Alegre, 2010.

MAJOR, Japanese Companies Temporarily Shut Down Across China. **International Business Times**. Publicado em 18 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.ibtimes.com/major-japanese-companies-temporarily-shut-down-across-china-792752> >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

MCBRIDE, James; XU, Beina. Abenomics and the Japanese Economy. **CFR Backgrounders**. Publicado em 10 de março de 2015. Disponível em: <http://www.cfr.org/japan/abenomics-japanese-economy/p30383> >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

MCCURRY, Justin. Tokyo's rightwing governor plans to buy disputed Senkaku Islands. **The Guardian**. Publicado em Tóquio, em 19 de abril de 2012. Disponível em: < <http://www.theguardian.com/world/2012/apr/19/tokyo-governor-senkaku-islands-china> >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

MENEGAZ, Fernanda Lermen. **Integração Econômica no Leste Asiático entre o Período de 1980-2010, na Perspectiva da China e do Japão**. Trabalho de Conclusão em Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69965/000875597.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 16 de junho de 2015.

MILLS, W.; GERTH, H. (orgs.). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NODA, Government To Buy Senkaku Islands For 2 Billion Yen. **Asahi Shimbun**. Publicado em 05 de setembro de 2012. Disponível em: < [http://ajw.asahi.com/article/special/isles\\_dispute/AJ201209050013](http://ajw.asahi.com/article/special/isles_dispute/AJ201209050013) >. Acesso em: 17 de junho de 2015.

OZAWA, Ichiro. **Blueprint for a New Japan: The Rethinking of a Nation**. Japão: Kodansha International, 1994.

PAINE, S. C. M. **The Wars for Asia: 1911-1949**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

PERES, Lorenzo de Aguiar. **Religião e Segurança no Japão: padrões históricos e desafios no século XXI**. Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em

Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre. 2010. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26468/000758526.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 06 de junho de 2015.

SAMUELS, Richard. **Securing Japan: Tokyo's grand strategy and the future of East Asia**. Nova Iorque: Cornell University, 2007.

SCHLESINGER, Jacob M. **Shadow Shoguns: the rise and fall of Japan's postwar political machine**. Stanford University Press: Stanford, 1999.

SEVERINO, Rodolfo C. Japan's Relations with ASEAN. In: KOJIMA, Takaaki; SHIRAISHI, Takashi (ed.). **ASEAN-Japan Relations**. Institute of Southeast Asian Studies: Cingapura, 2014.

SOGARI, Mário Augusto Brudna. **A política externa do Japão no século XXI: rumo a uma nova doutrina diplomática?** Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70022/000875297.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 16 de junho de 2015.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** Ed. Annablume: Fundação Japão, São Paulo, 2003.

VAN WOLFEREN, Karel. **The Enigma of Japanese Power**. Nova Iorque: Vintage Books, 1990.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2011.